

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS - UEA
ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS - ESO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA, CIDADANIA E
DIREITOS HUMANOS - MPSPCDH

ELIZABETH CRISTINA BRITO VALE

**A FORMAÇÃO CONTINUADA INTEGRADA DAS POLÍCIAS ESTADUAIS NO
AMAZONAS: ANÁLISE, REFLEXÕES E RESULTADOS**

Manaus
2016

**A FORMAÇÃO CONTINUADA INTEGRADA DAS POLÍCIAS ESTADUAIS NO
AMAZONAS: ANÁLISE, REFLEXÕES E RESULTADOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas, como requisito obrigatório para a obtenção do Título de Mestre em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos.

Linha de pesquisa: Gestão Estratégica da Segurança Pública.

Orientador: Prof. Dr. Dorli João Carlos Marques

Manaus
2016

Vale, Elizabeth Cristina Brito

S--- A formação continuada integrada das polícias estaduais no Amazonas: análise, reflexões e resultados/Elizabeth Cristina Brito Vale; orientador, Dorli João Carlos Marques – 2016.

XXf; 30cm

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Amazonas, Programa de Pós-graduação do Mestrado Profissional em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos, 2016.

1. Segurança pública. 2. Formação continuada. 3. Integração policial. 4. Violência intencional e vulnerabilidades sociais. I. Universidade do Estado do Amazonas – UEA. II. Título.

ELIZABETH CRISTINA BRITO VALE

**A FORMAÇÃO CONTINUADA INTEGRADA DAS POLÍCIAS ESTADUAIS NO
AMAZONAS: ANÁLISE, REFLEXÕES E RESULTADOS**

Dissertação aprovada pelo Programa de Pós-graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas e pela comissão julgadora abaixo identificada.

Manaus, 30 de setembro de 2016.

Prof. Dr. Dorli João Carlos Marques
Universidade do Estado do Amazonas
(Presidente)

Profa. Dra. Márcia Ribeiro Maduro
Universidade do Estado do Amazonas
(Titular)

Profa. Dra. Maria Francisca Morais de Lima
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
(Titular)

"À minha mãe, Maria Aureníria Teles de Brito, por representar todo amor que há nesse mundo, além de ser meu maior exemplo de vida.

(In memoriam) Eliáurea, Elias Júnior, Lincoln e Maria de Nazaré".

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e a todas as pessoas que direta e indiretamente colaboraram para a conclusão desta Dissertação. Destaca-se nesse processo a importância do incentivo familiar, conjugal, dos amigos, dos colegas de trabalho e do professor orientador Dr. Dorli, nos momentos de adversidade.

Enalteço a Universidade do Estado do Amazonas pela missão precípua de promover a educação, desenvolvendo o conhecimento científico, particularmente sobre a Amazônia, conjuntamente com os valores éticos capazes de integrar o homem à sociedade e de aprimorar a qualidade dos recursos humanos existentes na região, a qual tem realizado na conjugação de esforços coletivos e através da superação de importantes dificuldades.

Aos professores e funcionários do programa de pós-graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos: Izaura Rodrigues, Jonas Melo, Dorli Marques, Antonio Gelson Nascimento, Bráulio Figueiredo, Davyd Spencer, Edson Damas, Edwan Fernandes, Iuri Leite, Márcio Rys, Fabiana Lucena, Luiza Maria Bessa, Raquel Wiggers, Flávia Melo.

Ao orientador Prof. Dr. Dorli João Carlos Marques pela verdadeira parceria estabelecida e os incentivos diários que me motivaram continuamente.

Aos funcionários das instituições que foram importantes à prestação de informações para a conclusão deste trabalho: SSP/AM, PCAM, PMAM, IESP, UEA e SEAS, dentre outras, os quais se dispõem a compartilhar seus conhecimentos e dedicar aos pesquisadores.

Aos meus chefes imediatos que generosamente autorizaram-me a participar das aulas, eventos e atividades que o Programa exigiu, confiando em minha capacidade de contribuir com reflexões acerca do desenvolvimento das tarefas rotineiras de trabalho.

“A educação é um processo social, é desenvolvimento. Não é a preparação para a vida, é a própria vida”. (John Dewey).

VALE, E. C. B. **A formação continuada integrada das polícias estaduais no Amazonas: análise, reflexões e resultados.** 87p. Dissertação (Mestrado Profissional) – Escola Superior de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos, Universidade do Estado do Amazonas (MPSPCDH/UEA), Manaus-AM, 2016.

RESUMO

A experiência em curso de integração das forças policiais do Estado do Amazonas procura efetivar os princípios de policiamento preventivo, da repressão qualificada à violência e da conjugação da eficiência com direitos humanos e cidadania. O objetivo do estudo é descrever e discutir os resultados alcançados com essa integração, tendo por base os seguintes aspectos: 1) elaboração e utilização dos indicadores de desempenho; 2) elaboração e efetivação dos procedimentos operacionais padrão integrados; e 3) formação continuada integrada, comum às forças policiais estaduais. A abordagem adotada é a dedutiva e o método de procedimento utilizado foi o estudo de caso. Os dados foram levantados junto ao setor de estatística da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Amazonas e a análise pontual dos mesmos, visou aferir até que ponto os aspectos supramencionados têm possibilitado a efetivação daqueles princípios. As fontes bibliográficas utilizadas discutem as questões relativas à segurança pública, violência urbana, cidadania e direitos humanos. Os resultados levantados permitem concluir que, em decorrência dessa integração, do estabelecimento de indicadores de criminalidade, produtividade e custos operacionais pormenorizados, aliados a práticas formativas continuadas dos agentes públicos, tem sido possível melhorar os serviços de segurança prestados à coletividade, tornar os processos de gestão mais eficientes, qualificar melhor os sujeitos no enfrentamento das adversidades profissionais cotidianas.

Palavras-chave: Segurança Pública. Integração de forças policiais. Gestão da Segurança Pública. Formação continuada de operadores da segurança pública.

VALE, E. C. B. **A formação continuada integrada das polícias estaduais no Amazonas: análise, reflexões e resultados.** 87p. Dissertação (Mestrado Profissional) – Escola Superior de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos, Universidade do Estado do Amazonas (MPSPCDH/UEA), Manaus-AM, 2016.

ABSTRACT

Experience in the process of integration of Police Forces in Amazonas State seeks to enforce the principles of preventive policing, qualified repression of violence and the combination of efficiency with human rights and citizenship. The objective of the study is to describe and discuss the results achieved through this integration, based on the following aspects: 1) the development and use of performance indicators; 2) preparation and carrying out of integrated standard operating procedures; and 3) integrated, common continuing education to the state police forces. The approach is deductive and the procedure used method was the case study. The data were collected by the statistical sector of the Ministry of Public Security in Amazon and timely analysis of them, aimed at assessing the extent to which the above aspects have enabled the realization of those principles. The used literature sources discuss the issues concerning public security, urban violence, citizenship and human rights. The results raised to the conclusion that, as a result of this integration, the establishment of crime indicators, productivity and detailed operating costs, coupled with continued training practices of public, has been possible to improve the security services provided to the community, make the processes of more efficient management, better qualify the subjects in facing daily professional adversity.

Keywords: Public Safety. Integration of Police Forces. Management of Public Security. Continuing Education of Public Safety Operators.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 01 Matriz Curricular – Curso de Formação de Soldados/2015.....	22
Quadro 02 Matriz Curricular – Curso de Formação de Investigador de Polícia/2009	24
Quadro 3 Área temática I: Sistemas, instituições e gestão integrada em segurança pública	28
Quadro 4 Área temática II: Violência, crime e controle social.....	28
Quadro 5 Área temática III: Conhecimentos jurídicos.....	28
Quadro 6 Área temática IV: Modalidades de gestão de conflitos e eventos críticos.....	29
Quadro 7 Área temática V: Valorização profissional e saúde do trabalhador.....	29
Quadro 8 Área temática VI: Comunicação, informação e tecnologias em Segurança pública	29
Quadro 9 Área temática VII: Cultura, cotidiano e prática reflexiva.....	30
Quadro 10 Área temática VIII: Funções, técnicas e procedimentos em segurança pública	30
Gráfico 01 Distribuição proporcional da população, por bairro, Zona Norte, 2012	36
Gráfico 02 Evolução do quantitativo de ocorrências de infrações penais, segundo os meses do ano, no período entre janeiro/2008 e dezembro/2012	38
Figura 1 Cadeia de Valor do Programa Ronda no Bairro.....	40
Figuras 2 e 3 – Eixos do Programa Ronda no Bairro	40
Eixos metodológicos.....	41
Quadro 11 Quantitativo das ações de formação continuada integrada no período de 2012-2014	41
Gráfico 03 Variação relativa das Infrações Penais entre 2011/2012.....	48
Gráfico 04 Variação percentual dos registros de produtividade registrados em Manaus,2010/2011, 2011/2012	50
Mapa 01 Anexo II do Plano Diretor Urbano e Ambiental de Manaus destaque: bairro Jorge Teixeira	61
Gráfico 5 Pirâmides etárias da população do bairro Jorge Teixeira em 2000.....	62
Gráfico 6 Percentual de óbito de pessoas < 1 ano – 2010.....	63
Gráfico 7 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM (2010).....	64
Figura 4 Imagens de espaços públicos do Jorge Teixeira.....	65
Gráfico 8 Domicílios atendidos pelos serviços de água, coleta de lixo e esgoto.....	66
Mapa 02 Municípios prioritários para o PNRH.....	68
Gráfico 9 Percentual de pobreza – 2010.....	69
Gráfico 10 Renda per capita – 2010.....	69
Gráfico 11 Taxa de desocupação – 2010.....	70
Gráfico 12 Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal	70
Figura 5 Imagens do cotidiano no bairro Jorge Teixeira.....	71
Gráfico 13 Taxa de analfabetismo 15 anos ou mais.....	73
Gráfico 14 % de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo.....	74
Gráfico 15 Percentual de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população vulnerável dessa faixa	74
Gráfico 16 Probabilidade de sobrevivência até 40 anos.....	75

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Projeção da população dos maiores bairros de Manaus.....	62
Tabela 2 Indicadores sociodemográficos do Jorge Teixeira.....	63
Tabela 3 Número de homicídio de mulheres – Brasil e AM, 2010 a 2014.....	74
Tabela 4 Homicídios ocorridos na cidade de Manaus em nos anos de 2012 a 2015.....	76
Tabela 5 Homicídios de mulheres ocorridos - bairro Jorge Teixeira / 2012 a 2015.....	76

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACADEPOL Academia de Polícia
AISC Área Integrada de Segurança Cidadã
AM Amazonas
APOEAM Associação dos Peritos Oficiais do Estado do Amazonas
BA Bahia
BID Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM Bombeiro Militar
CE Ceará
CETAM Centro de Educação Tecnológica do Amazonas
CF Constituição Federal
CICOM Companhia Interativa Comunitária
CISPAD Comissão Integrada do Processo de Avaliação de Desempenho das Polícias Civil e Militar do Estado do Amazonas
CISPO Comissão Integrada de Sistematização dos Procedimentos Operacionais das Polícias Civil e Militar do Estado do Amazonas
DOE Diário Oficial do Estado
DCT Diretoria de Capacitação e Treinamento
DETRAN Departamento Estadual de Trânsito
DIP Distrito Integrado de Polícia
DP Delegacia de Polícia
EAD Ensino à Distância
EB Exército Brasileiro
ES Espírito Santo
FBI Federal Bureau of Investigation
FFAA Forças Armadas
GM/RO Guarda Municipal de Rondônia
GMM Guarda Municipal de Manaus
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IESP Instituto Integrado de Ensino de Segurança Pública
IML Instituto Médico Legal
IMPLURB Instituto Municipal de Planejamento Urbano
INPA Instituto Nacional de Pesquisa do Amazonas
IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBTT Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
MARTE Grupamento de Manuseio de Artefatos Explosivos
MCN Matriz Curricular Nacional
MG Minas Gerais
MJC Ministério da Justiça e Cidadania
MPD Miami Police Department
MPI Módulo de Policiamento Interativo
ONU Organização das Nações Unidas
OSCs Organizações da Sociedade Civil
PCAM Polícia Civil do Estado do Amazonas
PE Pernambuco
PF Polícia Federal

PIM Pólo Industrial de Manaus
PM/RO Polícia Militar do Estado de Rondônia
PMAM Polícia Militar do Estado do Amazonas
PNRH Pacto Nacional pela Redução de Homicídios
PNUD Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento
POP Procedimentos Operacionais Padrão
PRCV Ponto de Relacionamento Comunitário e Visibilidade
PREVINE Programa de Prevenção à Violência
PROERD Programa de Resistência às Drogas
RJ Rio de Janeiro
SEARB Secretaria Executiva Adjunta do Programa Ronda no Bairro
SEARP Secretaria de Estado de Articulação de Políticas Públicas aos Movimentos Sociais e Populares
SEAS Secretaria de Estado de Assistência Social
SEDUC Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino
SEJEL Secretaria de Estado da Juventude, Esporte e Lazer
SEMED Secretaria Municipal de Educação
SEMSA Secretaria Municipal de Saúde
SENASP Secretaria Nacional de Segurança Pública
SINDEPOL Sindicato dos Delegados de Polícia de Carreira do Estado do Amazonas
SINPOL Sindicato dos Funcionários da Polícia Civil do Estado do Amazonas
SISP Sistema Integrado de Segurança Pública
SP São Paulo
SSP Secretaria de Estado de Segurança Pública
SUSAM Secretaria de Estado de Saúde
TI&C Tecnologia da Informação e Comunicação
TPV Programa Todos pela Vida
UPI Unidade Policial Integrada

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
2 A INDISSOCIABILIDADE DE SEGURANÇA PÚBLICA E EDUCAÇÃO	18
2.1 O CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL E A QUALIFICAÇÃO PÓS-INGRESSO	20
2.2 A MATRIZ CURRICULAR NACIONAL E O ENSINO À DISTÂNCIA	27
3 A INTEGRAÇÃO POLICIAL NO ESTADO DO AMAZONAS	33
3.1 PARÂMETROS PARA INVESTIMENTO EM FORMAÇÃO CONTINUADA	39
3.2 PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PADRÃO INTEGRADOS E	45
INDICADORES DE DESEMPENHO	
4 DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DA ATUAÇÃO SOCIAL CIDADÃ.....	52
4.1 O POLICIAL COMO PEDAGOGO SOCIAL – PROMOTOR DA CIDADANIA.....	53
4.2 A VIOLÊNCIA INTENCIONAL PRESENTE NAS ÁREAS DE	58
VULNERABILIDADE SOCIAL	
4.2.1 Caracterização do bairro Jorge Teixeira	60
4.2.2 Vulnerabilidades sociais que podem favorecer a violência intencional.....	67
5 CONCLUSÃO.....	78
REFERÊNCIAS	83

1 INTRODUÇÃO

A segurança é um dos direitos sociais assegurados pela Constituição Federal de 1988, que tem sido mais clamado pelas sociedades no mundo nas últimas décadas, por afetar diretamente o bem mais precioso: a vida. Historicamente, a escala de aumento da violência acende o sinal vermelho de alerta para que países procurem adotar medidas com vistas à desaceleração desse processo, e, por conseguinte, sua redução contínua. Contrastando a real necessidade de políticas que visem alcançar a eficiência desejada, usualmente são colocadas em prática ações estruturantes, tais como: o aumento do efetivo das corporações policiais, a aquisição de viaturas, armamentos, materiais, entre outros, adotadas pelos gestores públicos pelo aparente maior impacto e/ou visibilidade da população em geral. O que evidencia a insistência em velhas receitas insuficientes em si mesmas, portanto fadadas ao fracasso e desperdício de recursos:

Gestão de Segurança Pública, um tema complexo, tem que ser feita com conhecimento científico. Na linha contrária, há um acúmulo de décadas de demagogia e má politização (salvo raras e honrosas exceções). Nesse tempo, frotas e frotas de viaturas desfilaram pelas ruas das grandes cidades, sirenes ligadas, giroflex acesos, como se, enfim, por isso, alguma coisa fosse mudar. Mas, por detrás da cena para aplacar o clamor público, nenhum sistema, nenhuma proposta. Apenas mais do mesmo para obter os mesmos resultados. (COSTA e BALESTRERI, 2010, p. 63).

É necessário frisar que as medidas mencionadas anteriormente não estão erradas ou se fazem desnecessárias, mas sim, é imprescindível que os investimentos alcancem também os promotores do trabalho de ponta: os policiais. Se forem indagados a respeito, todo policial afirmará categoricamente que deseja um ambiente bonito, com todos os recursos disponíveis para o exercício de suas atividades e com colegas em um número suficiente para não haver sobrecarga de trabalho. Isso é perfeitamente natural. Todavia, o policial igualmente deseja ampliar seus conhecimentos, técnicas e habilidades para o bom desempenho de seu ofício.

Não por coincidência, justamente a maneira pela qual os policiais desempenham o seu trabalho é que esses profissionais têm sido frequentemente criticados pela população atendida. Corrupção, violência e até mesmo a prática de atividades criminosas por policiais estampam as notícias e os afastam daqueles que deveriam recorrer ao seu auxílio sem medo. Soares (2006) assevera que as polícias brasileiras, de um modo geral, são ineficientes na prevenção e na repressão qualificada, na investigação e na conquista da indispensável confiança da população. O mesmo autor destaca que os problemas ligados à corrupção e à

brutalidade ultrapassam qualquer patamar aceitável, não obedecem à gestão racional, não avaliam suas performances e são fechadas ao controle e monitoramento externos. Além disso, percebe-se uma “desconexão” interinstitucional:

Os profissionais não são apropriadamente qualificados e valorizados e as informações não são ordenadas de acordo com orientação uniforme, que viabilize a cooperação. (SOARES, 2006, p. 100).

A educação é um fenômeno observado em qualquer sociedade e nos grupos constitutivos dessa, responsável pela sua manutenção e perpetuação a partir da transposição às gerações que se seguem, dos modos culturais de ser, estar e agir necessários à convivência e ao ajustamento de um membro no seu grupo ou sociedade.

Considerando o principal dispositivo legal na área de educação no Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (1996) apresenta como finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. No que tange o cenário atual, a formação continuada vem ganhando especial relevância, tendo em vista as recentes transformações no mundo do trabalho e no conjunto da sociedade. É aquela que se realiza ao longo da vida, continuamente, é inerente ao desenvolvimento da pessoa humana e relaciona-se com a ideia de construção do ser. Contempla de um lado, a aquisição de conhecimentos e aptidões e, de outro, atitudes e valores, implicando no aumento da capacidade de discernir e agir.

A evidência dada aos aspectos qualificação e valorização traz à tona a necessidade de investimento no capital humano. A pessoa que desempenha uma atividade profissional, de qualquer natureza, anseia por satisfação de suas perspectivas sociais, familiares e pessoais. Nada mais salutar do que ter seu aperfeiçoamento promovido pela força policial a quem integra e essa mesma atividade associada ao crescimento profissional. Para conhecer como se dá essa gestão no âmbito das polícias estaduais no Amazonas, entre outros aspectos inerentes ao tema, este trabalho objetiva discutir como ocorre a capacitação dos policiais civis e militares após o ingresso nas instituições policiais. Ainda, qual a percepção dos mesmos em se tratando de preparo para o exercício da profissão, bem como na progressão da carreira. E por fim, mas extremamente relevante: a percepção da comunidade local atendida pelos serviços prestados pela polícia.

A delimitação temporal atribuída à dissertação é referente ao triênio (2012, 2013 e 2014), os quais compreendem o período de implantação e auge operacional da mais recente

política de segurança no Amazonas, o Programa Ronda no Bairro, que não apenas significou volumosos investimentos no reaparelhamento das polícias estaduais, mas também imprimiu um maior planejamento das ações formativas locais, somados aos esforços do Governo Federal na capacitação de agentes nas cidades-sede dos jogos da Copa do Mundo 2014, realizada no Brasil.

Importante ressaltar que as ações implementadas repercutiram numa maior integração do trabalho das forças policiais estaduais, que passaram a conviver fisicamente no mesmo espaço, com o funcionamento do Distrito Integrado de Polícia (DIP) que consistiu na reunião da Delegacia de Polícia (DP) com a Companhia Interativa Comunitária (CICOM); a formação continuada integrada, nos quais os cursos oferecidos atenderam conjuntamente policiais civis e militares, em alguns casos bombeiros militares, policiais federais e membros das Forças Armadas (FFAA), além da elaboração de um manual de Procedimentos Operacionais Padrão (POP), igualmente integrado entre Polícia Civil do Estado do Amazonas (PCAM) e Polícia Militar do Estado do Amazonas (PMAM), os quais descrevem procedimentos em comum a serem adotados, como também outros específicos, dependendo das ocorrências e/ou unidades especializadas.

No capítulo inicial será explanada a relação indissociável entre segurança pública e educação, a abordagem é construída a partir dos marcos legais (Constituição Federal e Lei de Diretrizes e Bases da Educação), e ressalta o dever do Estado quanto à promoção da segurança pública, além da descrição das instituições que compõem o sistema de segurança no Brasil. Concernente à educação, é destacada a finalidade da mesma quanto ao preparo para o exercício do trabalho e a necessidade de sua continuidade sistemática em razão da complexidade do trabalho policial. É possível ainda conhecer como se dá a formação inicial, o chamado “curso de formação”, dos dois cargos policiais que tem mais proximidade com a população no dia a dia: o de Soldado da Polícia Militar e o de Investigador de Polícia da Polícia Civil. Além de destacar como o Governo Federal nivelou a formação policial no país, mediante criação (e modernização) da Matriz Curricular Nacional e a disseminação do ensino na modalidade à distância.

O segundo capítulo demonstrará como o Estado do Amazonas desenhou a integração de suas polícias estaduais, processo desafiador considerando a estrutura organizacional, as características de atuação, além de um histórico de conflitos interinstitucionais. As ações exploradas nessa parte da dissertação vão desde a construção da estrutura física que abriga

Polícia Civil e Polícia Militar em única unidade, bem como a elaboração conjunta de um rol de procedimentos operacionais padrão, os quais regem a conduta policial, na perspectiva integrada (genérica, ou seja comum a ambas) e específica (quando referente a atividades e/ou unidades especializadas que só a instituição policial possui). Além disso, apresenta os parâmetros utilizados para o investimento nos cursos realizados ministrados no triênio 2012, 2013 e 2014, época em que foi implantado e constatou-se o auge de um programa de governo intitulado “Ronda no Bairro”, fundamentado na filosofia de Polícia Comunitária onde busca-se desenvolver uma atuação mais próxima do cidadão e comunidades.

O capítulo terceiro traz as reflexões acerca dos desafios contemporâneos do desempenho policial na sociedade: o anseio de uma atuação social verdadeiramente cidadã, no qual o operador de segurança é reconhecido como um bom exemplo e seu profissionalismo o permite exercer a função de “pedagogo social”, promotor da cidadania. Contrariamente a esse ideal, o texto exemplifica quando o policial presta um desserviço à população atendida e o quanto é perigoso que a gestão do sistema de segurança e das instituições policiais reforcem e/ou ignorem os fatos exemplificados, podendo colaborar para a criação de uma cultura de tolerância a violência e impunidade. Por fim, a dissertação descrever alguns dados que evidenciam o crescimento exponencial da violência letal intencional (mortes violentas) e sua estreita proximidade com as vulnerabilidades sociais que podem favorecer a incidência da criminalidade. Dentre tais vulnerabilidades, destaca-se àquelas relacionadas a escolaridade, emprego e renda, por relacionarem-se diretamente com as perspectivas de vida e futuro das pessoas residentes em tais localidades. Ainda, as iniciativas comunitárias no desenvolvimento de projetos sociais com recursos próprios (escassos), que visam amenizar lacunas deixadas pela ausência de investimentos do Poder Público, quanto ao atendimento de adolescentes e jovens, principais cometedores e também vítimas da violência.

2 A INDISSOCIABILIDADE DE SEGURANÇA PÚBLICA E EDUCAÇÃO

A Segurança Pública, preconizada na Constituição da República Federativa do Brasil em seu artigo 144 como dever do Estado, direito e responsabilidade de todos é uma garantia indispensável para a preservação da dignidade da pessoa humana.

A Constituição Federal/CF (1988) compartilha a responsabilidade e o direito solidariamente entre o Estado e sociedade (“todos”). Diante disso, cabe aos cidadãos (individual e coletivamente) a capacidade precípua de juntamente com o Estado, concorrer para sua efetivação, com vistas a preservação da ordem pública, norteada pelo conjunto de princípios jurídicos, éticos, políticos e econômicos pelos quais é regida a convivência social harmônica, como cita o artigo 144, *caput*, da Constituição Federal “a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”.

Desempenhada pelos órgãos policiais e corpo de bombeiros, a segurança pública no Brasil tem passado por importantes mudanças conceituais a fim de aprimorar a qualidade dos serviços e fortalecer a aproximação e diálogo com a sociedade. A relação e a interação da polícia com a sociedade têm sido tratadas como elementos a serem alcançados, como uma estratégia fundamental para a prevenção e o controle do crime, a redução do medo e da violência.

No que tange às especificidades dos órgãos de Segurança Pública - polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícias civis, polícias militares e corpos de bombeiros militares – estes devem empenhar-se em sua manutenção, seja por meio da prevenção, ou pela força da repressão, sendo oportuno destacar as principais diferenças entre essas polícias, conforme estabelecido pela própria CF/88.

A Polícia Federal é instituída como órgão permanente, organizado e mantido pela União, destina-se a apuração de infrações contra a ordem política e social ou infrações que tenha repercussão interestadual ou internacional (ex.: tráfico de pessoas; tráfico ilícito de entorpecentes e drogas, entre outros), voltada para a repressão de crimes federais. É dividida em Polícia Rodoviária Federal e Polícia Ferroviária Federal que se destinam ao patrulhamento ostensivo das rodovias e ferrovias federais, respectivamente (são facilmente identificados por viaturas, fardamento, etc.).

A Polícia Civil, dirigida por Delegado de Polícia de carreira, tem a competência de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, ou seja, é aquela polícia mais especializada na área de investigação e sua atuação se dá após o cometimento do crime.

A Polícia Militar age de maneira ostensiva (visualmente identificável) e busca zelar pela preservação da ordem pública, atuando nas ruas diretamente em contato com a população, o que não exclui que as outras polícias possam exercer essa função, no entanto, é mais específica dela, pois a Polícia Militar apura as infrações do local em que ocorreu o fato jurídico, repassando posteriormente as informações colhidas a Polícia Civil, para que busque apontar sua autoria.

Por último, o Corpo de Bombeiros Militar é uma corporação cujas atribuições se referem à execução de atividades de Defesa Civil, prevenção e combate a incêndios, buscas, salvamentos e socorros públicos, no âmbito de suas respectivas Unidades Federativas. Tanto a Polícia Militar quanto o Corpo de Bombeiros Militar são consideradas Forças Auxiliares e Reservas do Exército Brasileiro, embora ambos estejam subordinados (assim como a Polícia Civil), aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

Como a maioria das atividades humanas, a segurança também depende de ações formativas para o aprimoramento dos seus processos. Tão valiosa quanto a formação inicial, a capacitação em serviço representa a fixação e manutenção dos valores institucionais, que tem consequências diretas na qualidade do atendimento ao cidadão.

Partindo da premissa conceitual, a Educação é um fenômeno observado em qualquer sociedade e nos grupos constitutivos destas, responsável pela sua manutenção e perpetuação a partir da transposição às gerações que se seguem, dos modos culturais de ser, estar e agir necessários à convivência e ao ajustamento de um membro no seu grupo ou sociedade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) apresenta a seguinte finalidade:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (LDB, 1996, P.9)

Importante ressaltar ainda que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana e no aspecto principal desta dissertação: no trabalho. Enquanto processo de sociabilização, a educação é exercida nos diversos espaços de convívio social, seja para a adequação do indivíduo à sociedade, do indivíduo ao grupo ou dos grupos à sociedade.

No que tange o cenário atual, a educação continuada não é um conceito novo, mas nestes últimos anos vem ganhando especial relevância, tendo em vista as recentes transformações no mundo do trabalho e no conjunto da sociedade. Educação Continuada é

aquela que se realiza ao longo da vida, continuamente, é inerente ao desenvolvimento da pessoa humana e relaciona-se com a ideia de construção do ser. Abarca, de um lado, a aquisição de conhecimentos e aptidões e, de outro, atitudes e valores, implicando no aumento da capacidade de discernir e agir.

Mesmo representando uma relevância inquestionável, no que diz respeito a investimentos através de uma política de governo séria, as iniciativas no aspecto da formação continuada ainda têm muito a evoluir na área da Segurança Pública, transcendendo o cunho ‘polítiqueiro’, para ser compreendido como prioridade e estratégia de governança. Nessa perspectiva:

É consenso nos meios empresariais e acadêmicos, do planeta inteiro, que não é possível haver desenvolvimento sem educação. Também nisso, a segurança pública é fundamental: não se pode educar sob o império do medo. Pode-se até escolarizar a população, mas não educá-la. Educação pressupõe liberdade para criticar, para dizer não, para empreender, para criar, para ousar, para construir valores solidários, para ser diferente, para questionar o pensamento hegemônico. A ditadura do crime não admite nada disso. Infelizmente, a tecnocracia estatal, de maneira geral, de todos os governos, de todos os estados, ainda não compreendeu suficientemente a relação entre segurança pública e educação, empreendedorismo, civismo, desenvolvimento. É por isso que se trata a segurança como uma questão de “palanque político”, mas de importância secundária no mundo real da economia. (BALESTRERI e COSTA, 2010, p.61).

Nessa perspectiva, o desenvolvimento da segurança pública está atrelado a adoção de um conjunto de ações que transformem a incredulidade atual na capacidade de o poder público promover uma segurança mais eficiente e que não cause medo ou constrangimentos às pessoas que não cometeram delitos (e também àqueles que cometeram), ganhando cada dia a reprovação da sociedade e desarticulada no desenvolvimento do seu trabalho.

O exercício da atividade policial é complexo porque lida com um fenômeno que constantemente sofre mudanças: a violência. Por esta razão, as ações de prevenção ou repressão da mesma requerem a disposição de agentes qualificados, para não somente prestar serviços à sociedade, como fazê-lo com qualidade.

Nesta perspectiva, a formação inicial do operador de segurança pública, conhecida como “academia de polícia”, e, sobretudo sua continuidade ao longo da carreira, são fatores indispensáveis para a sensação de autoconfiança e confiabilidade transmitida.

2. 1 O CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL E A QUALIFICAÇÃO PÓS-INGRESSO

O ingresso do candidato ao quadro de efetivo das polícias estaduais no Amazonas (AM) ocorre mediante concurso público de prova e/ou de provas e títulos. As seleções

realizadas mais recentemente foram em 2009 e 2011, para a PCAM e PMAM, respectivamente. Em 2011, o concurso da PMAM contemplou os cargos de Oficiais e Soldados, ambos combatentes. Já a PCAM em 2009 contemplou os cargos de Delegado de Polícia, Investigador de Polícia, Escrivão de Polícia, Perito Criminal, Perito Legista e Perito Odontologista.

Para melhor conhecer a dinâmica da primeira formação que os policiais recebem, elegemos dois cargos, um para cada instituição policial, os quais consideramos mais próximos da população, pois são aqueles que geralmente realizam o primeiro atendimento dela, quando realizam a chamada de emergência no 190, por exemplo, ou quando comparecem à Delegacia, são eles: o Investigador de Polícia da PCAM e o de Soldado da PMAM. Os demais cargos que compõem ambas polícias igualmente são de extrema relevância, mas em determinado sentido encontram-se mais presentes nas unidades policiais, já os dois cargos eleitos trazem em si uma característica "externa" ou de atuação mais "em campo", o que faz com que estejam constantemente lidando com os comunitários residentes nos bairros de circunscrição da delegacia ou companhia em que estão lotados.

Em que pese que um dos objetivos deste trabalho é conhecer a percepção da comunidade quanto ao serviço policial realizado e sendo esses os cargos mais próximos do público atendido, outra característica importante também é o fato constatado de que são esses profissionais os que têm maior participação nos cursos de capacitação oferecidos pelo Sistema de Segurança Pública.

Concernente à formação inicial, também conhecidas como "academia de polícia", são realizadas pelo Instituto Integrado de Ensino de Segurança Pública (IESP), desde a sua criação em 2007. Anteriormente, o preparo dos policiais ocorria sob responsabilidade única das polícias, que possuíam um departamento exclusivo para a coordenação dessa atividade, no caso da Polícia Militar havia a Diretoria de Capacitação e Treinamento (DCT), localizada no prédio do Comando-Geral da Polícia Militar, sob comando de um Oficial da PMAM, sem a obrigatoriedade de que um profissional da área de pedagogia fosse compor essa Diretoria.

Na estrutura da PCAM havia a Academia de Polícia (ACADEPOL), localizada ao lado do prédio do Instituto Médico Legal (IML), ou seja, externo à sede da Delegacia Geral da Polícia Civil, sob gestão de um Delegado de Polícia, igualmente sem a obrigatoriedade de um pedagogo na equipe. A presença desses profissionais indispensáveis ao desenvolvimento de projeto pedagógico de formação institucional dependia da disponibilidade de um profissional de carreira que pudesse ser remanejado ao setor e/ou a contratação através de um cargo comissionado. Houve ocasião sim, em que inexistiram nessa atividade.

A partir da criação do IESP, todas as unidades descentralizadas de formação (PCAM, PMAM e Corpo de Bombeiro Militar) foram transformados em Campus de Ensino, organizados dessa forma atualmente: 1) Campus I – Apoio à formação de Oficiais da Polícia Militar; 2) Campus II - Formação de policiais civis; 3) Campus III - Formação de Praças da Polícia Militar; 4) Campus IV - Formação de Oficiais e Praças do Corpo de Bombeiros Militar; 5) Campus V - Capacitação e aperfeiçoamento dos profissionais de segurança pública através do Ensino à Distância, todos sob a coordenação de um Diretor-Geral, com a presença obrigatória de profissionais de Pedagogia no papel de gerente e/ou subgerente.

As disciplinas que integram a matriz curricular são orientadas por uma matriz básica nacional desenvolvida pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), integrante do Ministério da Justiça e Cidadania (MJC), do Governo Federal. A seguir, as matrizes curriculares de formação de investigadores/PCAM e soldados/PMAM:

Quadro 01: Matriz Curricular – Curso de Formação de Soldados/2015:

Áreas Temáticas da Matriz Curricular		Cód.	Disciplinas	CH
I DISCIPLINAS BÁSICAS	1	SSP	1- Sistema de Segurança Pública no Brasil	16h
		FGIMC	2- Fundamentos de Gestão Integrada e Mobilização Comunitária	32h
			3- Gestão em Segurança Pública	8h
	2	ASPVC	4- Abordagem sócio psicológica da violência e do crime	12h
		CSP	5 - Criminologia Aplicada à Segurança Pública	8h
		PMRC	6 - Prevenção, Mediação e Resolução de Conflitos	12h
	3	DH	7 - Direitos Humanos	20h
		LES	8 - Leis Especiais	20h
		FCJ	9 - Fundamentos dos Conhecimentos Jurídicos	20h
	4	GICR	10 - Gerenciamento Integrado de Crises e Desastres, Processos de Tomada de Decisão e Negociação	16h
	5	RHDG	11-Relações Humanas e Dinâmica de Grupo	16h
		EAP	12 - Excelência no Atendimento ao Público	20h
		SST	13 - Saúde e Segurança aplicada ao Trabalho	8h
	6	LCM	14 - Linguagem e Comunicação ênfase em Correspondência Militar	8h
		TLC	15 - Telecomunicação	16h

		Tecnologias em Segurança Pública	NGIN	16 - Noções Gestão da Informação: Inteligência Policial Militar	8h
	7	Cotidiano e Prática Reflexiva	DEC	17 - Deontologia Policial Militar: Ética e Cidadania	20h
			UFR	18 - Uso da Força	16h
			PSO	19 – Primeiros-Socorros	20h
			CPVP	20 - Noções de Criminalística: preservação e valorização da prova	16h
	8	Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública	ARTT	21 - Armamento e Tiro - Teoria	20h
			ARTP	22- Armamento e Tiro - Prática	20h
			POP	23 - Procedimentos Operacionais	40h
Total das Disciplinas Básicas					392h/a
Áreas Temáticas da Matriz Curricular			Disciplinas		CH
2 DISCIPLINAS ESPECÍFICAS	1	Cultura e Conhecimento Jurídico	DPPM	24 - Direito: Penal Militar e Processual Militar	20h
			CORG	25 - Cultura Organizacional	12h
	2	Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública	GASP	26 - Geotecnologia Aplicada na Segurança Pública (TI embarcada e fixa) palestra	8h
			ORU	27 - Ordem Unida	20h
			DPO	28 - Doutrina de Policiamento Ostensivo	20h
			NFTR	29 - Noções Fundamentais de Trânsito	16h
			CDCP	30 - CDC e Pol. Praças Desportivas.	40h
			CAM	31 - Crimes Ambientais	16h
	3	Valorização Profissional e Saúde do Trabalho	EDF	34-Educação Física	40h
Total das Disciplinas Específicas					236h/a
Total das Disciplinas Básicas + Total das Disciplinas Específicas					628h/a
Estágio Operacional Supervisionado					132h
Semana de Adaptação e Formatura					6h
Palestras/visitas					24h
Disposição do Curso					10h
CARGA TOTAL					800h
TEMPO DE DURAÇÃO					6/Meses

Fonte: Campus de Ensino III/IESP-AM

Quadro 02 - Matriz Curricular – Curso de Formação de Investigador de Polícia/2009:

I. NÚCLEO COMUM		
Sistema, Instituições e Gestão Integrada	Sistema de Segurança Pública no Brasil	14
	Fundamentos da Gestão Pública	12
	Fundamentos de Gestão Integrada e Comunitária	20
	Sistema de Segurança Pública no Estado do Amazonas - Organização Policial	12
	Gestão de Qualidade em Segurança Pública com Ênfase no Atendimento ao Cidadão	16
	Mobilização Comunitária	12
Violência, Crime e Controle Social	Abordagem Sócio Psicológica da Violência e do Crime	12
	Criminologia Aplicada à Segurança Pública e Defesa Social	12
	Análise de Cenários, Tendências e Riscos	12
	Sociologia Aplicada a Atividade do Servidor de Segurança Pública	12
Cultura e Conhecimento Jurídico	Direitos Humanos	16
	Noções de Conhecimentos Jurídicos e sua aplicabilidade	24
	Leis Especiais - ECA/Estatuto do Idoso/Maria da Penha/Estatuto do Índio/Lei de Tóxico	16
Mobilidade de Gestão de Conflitos	Fundamentos da Gerência Integrada em Situações de Crises e Desastres	12
	Prevenção, Mediação e Resolução de Conflitos	8
Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador	Relações Interpessoais (Humanas)	16
	Saúde e Segurança Aplicada ao Trabalho Policial	8
	Educação Física	20
	Saúde Psicológica do Profissional da Segurança Pública	12
Linguagem, Comunicação, Informação e Tecnologia em Segurança Pública	Português Instrumental	16
	Telecomunicações	16
	Sistemas e Gestão da Informação	20
Cotidiano e Prática Reflexiva	Ética e Cidadania	12
Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública I	Local de Crime: Preservação e Valorização da Prova	20
	Primeiros Socorros	12
	Uso da Força	12
		374

II. NÚCLEO ESPECÍFICO		
Funções, Técnicas e Procedimentos de Segurança Pública II	Armamento e Tiro	50
	Defesa Pessoal	30
	Identificação Veicular	16
	Técnicas de Sobrevivência na Selva	24
	Estatística Aplicada à Segurança Pública	10
	Policiamento Preventivo Especializado	20
	Direção Defensiva e Legislação de Trânsito	20

Cultura Investigativa	Noções de Papiloscopia	24
	Criminalística Aplicada	20
	Noções de Medicina Legal	20
	Operação Policial	40
	Investigação Criminal	40
	Inquérito Policial	20
Conhecimentos Jurídicos	Direito Ambiental e sua Aplicabilidade	20
Cotidiano e Prática Reflexiva	Estágio Supervisionado	40
		394
PALESTRAS		
	Abuso de Autoridade e Tortura	4
	Lei de Crime Organizado	4
		8
		776

Fonte: Campus de Ensino II/IESP-AM

Vale destacar algumas peculiaridades dessas formações: para o cargo de Investigador de Polícia, a carga horária total é de 776 horas/aulas, compostas de 26 disciplinas do "núcleo comum"; 15 disciplinas do "núcleo específico" (incluindo estágio supervisionado) e 02 palestras. A duração do curso de formação do último concurso teve a duração de 4 meses e meio. Já para o cargo de Soldado, a carga horária total é de 800 horas/aulas, compostas de 23 "disciplinas básicas"; 11 "disciplinas específicas"; "estágio operacional supervisionado"; "semana de adaptação e formatura"; "palestras/visitas"; e "disposição do curso". O tempo de duração desse curso de formação é de 6 meses.

No mais recente concurso realizado pela PCAM (2009) tornou-se exigência o nível superior dos candidatos para todos os cargos, já para o último concurso da PMAM (2011) exigiram nível médio, tanto para praças como oficiais, com exceção para Oficial Bacharel em Direito.

Aqui refletimos o quão curto é o prazo para que o novo policial (pessoa comum, ainda em formação profissional) adquira experiências supervisionadas por outros profissionais mais experientes no desenvolvimento das atividades cotidianas: para o Investigador de Polícia é prevista a carga horária de apenas 40 horas, isso quer dizer que, se aplicada em período integral, significa que após **somente** (grifo nosso) uma semana na delegacia, o policial recém-formado estará na unidade, cumprido o trabalho no expediente ou regime de escala, portando e utilizando arma de fogo, realizando prisões, podendo deparar-se com situação de conflito

direto com criminoso, inclusive com disparos de arma e realizando outras atividades rotineiras em que o nível de exigência será muito alto, se comparado ao tempo que lhe foi disponibilizado para “vivenciar” a rotina policial diária.

Quanto ao Soldado da Polícia Militar, por possuir um curso de formação com maior duração, as 132 horas de estágio operacional supervisionado parece ter um tempo mais condizente com a complexidade das tarefas, uma vez que o policial militar, pela natureza do policiamento ostensivo e preventivo, está o tempo todo nas ruas, circulando, fazendo-se presente, e portanto, com a probabilidade muito maior do que o policial civil de deparar-se com ocorrências complexas, sobretudo em que seja feito o uso de armas. O atendimento de um chamado pode ocorrer sob um alto nível de estresse: com a possibilidade de risco de transeuntes ou grupo de pessoas, com reféns, pessoa ferida ou agressor armado e o policial pode ter apenas alguns segundos para tomar decisões cruciais, nem sempre é possível aguardar o apoio.

Nesse momento, o autocontrole emocional e o conhecimento técnico podem significar, inclusive, a manutenção da vida (própria ou de outrem). Por essa razão, constata-se a necessidade de que as disciplinas e conteúdos relacionados a direitos humanos, mediação de conflitos, uso diferenciado da força, procedimentos operacionais, saúde e segurança e/ou saúde psicológica, armamento e tiro e gerenciamento de crise possam trazer para discussões, reflexões e sobretudo, estudos de casos reais e atividades práticas (simulações).

Faz-se também necessário disponibilizar e capacitar os policiais de outros recursos menos letais; arma de choque, *spray* de gás, etc., para que a arma de fogo se torne (realmente) o último recurso a ser empregado, quando esgotadas todas as fases anteriores, conforme preconiza o uso diferenciado e gradativo da força, que inicia com a verbalização do operador policial, que não tem essa habilidade tão desenvolvida na formação inicial. Atualmente, o policial civil dispõe apenas (e tão somente) da arma de fogo, para atender ocorrência de menor grau, quanto para de alto grau de ameaça, o que limita completamente o uso de recurso diferenciado, para situações diferenciadas.

Em um contexto em que se inicia o desempenho da carreira policial, é imprescindível que a instituição realize um monitoramento da atuação profissional, aqui não se refere apenas aquela avaliação que irá afirmar se o policial está aprovado no estágio probatório, não! É muito mais além, e provavelmente mais eficiente que esta: é conhecer e acompanhar verdadeiramente em como cada operador está se saindo no dia a dia, lotação, atividades desempenhadas, dificuldades vividas e apoio institucional para superá-las e, por que não:

produtividade, com vistas na valorização e desenvolvimento, ações inerentes a qualquer atividade profissional e que serão mais detalhadas ao longo da dissertação.

2.2 A MATRIZ CURRICULAR NACIONAL E O ENSINO À DISTÂNCIA

A qualificação do profissional policial não se esgota no curso de formação oferecido para seu ingresso na carreira. Considerando a complexidade da atividade exercida, é imperiosa a necessidade de que o operador de segurança pública esteja continuamente sendo submetido a cursos de aperfeiçoamento do conhecimento. Essa prática é estimulada pela SENASP que já lançou editais específicos para a apresentação de propostas pelos estados com vistas à captação de recursos para o custeio e promoção de treinamento ao seu efetivo policial.

É oportuno ressaltar que a Secretaria Nacional preza a integração das forças policiais nas atividades formativas, evidenciando que a atuação de uma não se sobrepõe à outra, pelo contrário, se complementam mutuamente. Contagiado por essa ideia, o Amazonas tem desenvolvido a boa prática de reunir nos ambientes formativos policiais civis, militares, bombeiros, ampliando o atendimento em diversos cursos que promove a integrantes da Polícia Federal, Exército Brasileiro e Guarda Municipal, extrapolando positivamente aquilo que a SENASP orienta.

Considerando a dimensão territorial do Brasil e a diversidade de instituições policiais existentes, não era comum constatar discrepâncias nas metodologias e abordagens na formação das polícias estaduais no país. A fim de diminuir as distâncias, a SENASP elaborou uma Matriz Curricular Nacional que norteia as ações formativas dos profissionais da área de segurança pública.

Aqui destacamos o capítulo 2 da Matriz que trata da "Descrição das ementas da malha curricular: Polícia Civil e Polícia Militar", correspondentes a carga horária total de 908 horas-aulas, conforme estão descritas a seguir as áreas temáticas e suas disciplinas correspondentes:

Quadro 3 - Área temática I: Sistemas, instituições e gestão integrada em segurança pública:

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
Estado, Sociedade e Segurança Pública	12h
Sistema de Segurança Pública	12h
Fundamentos da Gestão Pública	12h
Gestão Integrada e Comunitária	24h
Subtotal	60h

Fonte: Matriz Curricular Nacional / SENASP 2014.

Quadro 4 - Área temática II: Violência, crime e controle social:

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
Abordagem Histórica, Social e Psicológica da Violência e da Criminalidade	30h
Criminologia Aplicada à Segurança Pública	24h
Subtotal	54h

Fonte: Matriz Curricular Nacional / SENASP 2014.

Quadro 5 - Área temática III: Conhecimentos jurídicos:

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
Direitos Humanos	18h
Fundamentos Jurídicos da Atividade Policial	54h
Subtotal	72h

Fonte: Matriz Curricular Nacional / SENASP 2014.

Quadro 6 - Área temática IV: Modalidades de gestão de conflitos e eventos críticos:

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
Prevenção, Mediação e Resolução de Conflitos	18h
Resolução de Problemas e Tomada de Decisão	12h
Análise de Cenários e Riscos	12h
Gerenciamento Integrado de Crises e Desastres	18h
Subtotal	60h

Fonte: Matriz Curricular Nacional / SENASP 2014.

Quadro 7 - Área temática V: Valorização profissional e saúde do trabalhador:

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
Relações Interpessoais	24h
Saúde e Segurança Aplicadas ao Trabalho	12h
Educação Física	120h
Subtotal	156h

Fonte: Matriz Curricular Nacional / SENASP 2014.

Quadro 8 - Área temática VI: Comunicação, informação e tecnologias em segurança pública:

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
Língua e Comunicação	26h
Documentação Técnica	12h
Telecomunicações	20h
Tecnologias e Sistemas Informatizados	20h
Gestão da Informação	20h
Inteligência de Segurança Pública	16h
Estatística Aplicada à Segurança Pública	20h
Introdução à Análise Criminal	24h
Subtotal	158h

Fonte: Matriz Curricular Nacional / SENASP 2014.

Quadro 9 - Área temática VII: Cultura, cotidiano e prática reflexiva:

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
Ética e Cidadania	12h
Diversidade Étnico-sócio-cultural	14h
Identidade e Cultura da Organização Policial	20h
Ordem Unida	20h
Subtotal	66h

Fonte: Matriz Curricular Nacional / SENASP 2014.

Quadro 10 - Área temática VIII: Funções, técnicas e procedimentos em segurança pública:

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
Abordagem	60h
Preservação e Valorização da Prova	12h
Atendimento Pré-Hospitalar	24h
Uso Diferenciado da Força	20h
Defesa Pessoal Policial	40h
Armamento, Munição e Tiro	110h
Técnicas de Imobilizações Policiais e Utilização de Algemas	16h
Subtotal	282h

Fonte: Matriz Curricular Nacional / SENASP 2014.

Destacamos que a Malha Curricular para as ações formativas da Polícia Civil e Polícia Militar diz respeito ao "núcleo comum" para as instituições, justamente àquelas em que podem reunir na mesma sala de aula tanto policiais civis como militares, o que não exclui que em determinados conteúdos seja dada a abordagem específica ao tipo de atividade e/ou policiamento, a exemplo de um curso para capacitar policiais militares que irão atuar no Policiamento Montado (Cavalaria) ou no grupamento antibombas (Grupamento de Manuseio de Artefatos Explosivos - MARTE), chamados grupamentos especializados que só existem na Polícia Militar, assim como curso de fotografia pericial, ou de técnicas de investigação de homicídios ou ainda de elaboração de inquérito policial, atividades essas exclusivas da Polícia Civil.

Cabe ressaltar o salto qualitativo que a formação policial brasileira sofreu com a modernização da própria Matriz Curricular Nacional da versão 2009 para a de 2014. Está ainda mais fortalecida a abordagem de conteúdos com o viés dos Direitos Humanos, dentre outros, com o intuito nítido de promover maior reflexão sobre a prática da atividade policial. Para fazer jus a representação do AM, diversos técnicos integrantes do IESP participaram da construção dessa nova roupagem, que possui aspectos positivos para a formação de um operador de segurança pública mais consciente, competente e profissional.

Considerando a dimensão geográfica do país e por essa razão a incapacidade de levar capacitação a todas unidades federativas e ainda o fato de alguns estarem mais desenvolvidos do que outros no que tange a formação continuada de policiais, a SENASP tem desenvolvido a modalidade de Ensino à Distância (EAD), já muito comum e fortalecida em outras áreas, tal como a Educação.

Além da possibilidade de o policial inscrever-se no curso de seu interesse e realizar as sessões de estudos em sua própria residência, no Estado do Amazonas, através do Campus V- Capacitação e Aperfeiçoamento dos Profissionais de Segurança Pública através do Ensino à Distância do IESP, o policial civil ou militar podem acessar as atividades e estar inserido em um processo de qualificação sistemático e contínuo. A plataforma digital é estruturada de modo a oferecer ao aluno materiais de leitura, vídeos, materiais complementares, exercícios, avaliação final e o auxílio de um Tutor da turma, apto e capacitado a dirimir dúvidas e promover uma discussão coletiva. Um dos aspectos que torna esse processo rico é que a turma é composta por profissionais de segurança (policiais civis e militares, bombeiros militares, guardas municipais e agentes penitenciários) de todo o país, o que permite uma interessante interação e troca de experiências.

A SENASP também lança edital que permite aos estados pleitearem convênios (com dotação orçamentária para o pagamento de horas/aula) que permitem a realização de cursos presenciais, geralmente realizados nas capitais, no qual as instituições policiais podem fazer a gestão necessária para a participação de policiais lotados na região metropolitana e interior dos estados.

Independente desses convênios, o Estado do Amazonas já utilizou desse importante recurso para levar capacitação aos outros municípios, além de Manaus. O Curso Ronda no Bairro, elaborado para qualificar os policiais com os conhecimentos necessários a implementação daquela nova metodologia e organização de trabalho, foi também promovido através da parceria IESP e Centro de Mídias da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino (SEDUC), no qual realiza aulas diariamente no Ensino Regular, através das salas

de transmissão presente em todas as escolas estaduais do interior. A SSP não foi a primeira Secretaria a lançar mão dessa valiosa oportunidade, a Secretaria de Estado de Saúde (SUSAM) utiliza regularmente o Centro de Mídias, tanto para a capacitação de seus servidores, quanto para reuniões ordinárias de trabalho. É notório o caráter de modernidade que a EAD representa para alcançar os grupos de profissionais tão distantes geograficamente da sede do IESP (o qual não possui nenhuma unidade no interior), além de reduzir consideravelmente os custos com a aquisição de passagens (que são muito caras no AM) e diárias. No entanto, frisa-se que ela não pode substituir na totalidade o compromisso de promover o aperfeiçoamento dos profissionais lotados em unidades longínquas, a exemplo disso, quando na realização do Curso Ronda no Bairro – Interior houveram servidores que afirmaram ao corpo docente e técnico do IESP que já estavam alguns anos sem serem submetidos a qualificação alguma.

No próximo capítulo, a análise da política de segurança em desenvolvimento no Estado, o Programa Ronda no Bairro e seus aspectos mais marcantes: o trabalho policial integrado, a formação continuada e a reestruturação das instituições policiais.

3 A INTEGRAÇÃO POLICIAL NO ESTADO DO AMAZONAS

De modo simplificado, a população deseja sentir-se e estar efetivamente segura. As polícias civil e militar têm por finalidade precípua a prevenção da violência e a elucidação eficiente dos crimes praticados. Vontades comuns e interligadas, mas que esbarram no distanciamento das ações, percebida com mais nitidez entre as duas forças policiais estaduais, do que propriamente dessas com os comunitários.

Seja justificada pela delimitação das competências definidas constitucionalmente ou por atritos ocorridos no exercício do trabalho (ou fora dele), o Estado do Amazonas ainda vivenciou uma experiência única no país: a de ter a sua Polícia Civil extinta em 1989, mediante Lei nº 1.910 assinada por seu governador na época.

Devido a inúmeros fatores, dentre os quais desgastes de natureza política e funcional, a Polícia Judiciária do Amazonas deu lugar a Superintendência Geral de Polícia Judiciária, no qual os cargos passaram a ter as designações: Intendente de Polícia Judiciária, Agente de Polícia Judiciária e Escreventes de Polícia (Pontes Filho, 2012). Ainda que tenha sido restituída através da Lei nº 2.020 de 1991, foi o suficiente para gerar desentendimentos entre as polícias estaduais que fragilizaram a relação entre ambas.

Ao considerar essa característica peculiar, analisaremos as ações implementadas para promover uma maior articulação entre os operadores de segurança pública, desde a organização física das instituições policiais, metodologia de trabalho (policiamento) e o desempenho, o que perpassou inclusive por uma reorganização espacial, no qual a cidade de Manaus está dividida em 63 (sessenta e três) bairros distribuídos em 07 (sete) zonas (norte, sul, centro-sul, leste, oeste, centro-oeste e rural).

Em diversos países no mundo, incluindo o Brasil, são investidos recursos financeiros para a concepção e disseminação da filosofia de Polícia Comunitária, presentes em políticas governamentais nas esferas federal e estadual. No Estado do Amazonas, tal filosofia ganhou forma através da realização do Programa Ronda no Bairro, implementado no início de 2011, na Zona Norte da cidade de Manaus, que segundo levantamento realizado pela Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP) na época, possuía o maior índice de criminalidade.

Em resposta, a SSP buscou estabelecer um programa com base na proximidade da polícia com a sociedade, de forma ampla, sistêmica, participativa, tendo como foco a prevenção e o cidadão. Tal perspectiva representa verdadeiramente um avanço para a população local, que passa a contar com uma Polícia que trabalha mais próxima e em parceria com a comunidade, estreitando-se o laço de confiança que deve uni-las.

Além de estar estreitamente ligada a qualidade de vida das pessoas, conforme:

(...) polícia comunitária é uma filosofia e uma estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos tais como crimes, drogas, insegurança, desordens físicas e morais e em geral a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida local. (BUCQUEROUX e TROJANOWICZ, 1994, p.4-5).

A Polícia Comunitária ganha cada vez mais força nos cenários de gestão em segurança pública, ocupando espaço nas decisões estratégicas, presente nos programas e planos de governos. A sociedade, policiais, pesquisadores, Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e demais formadores de opinião demonstram simpatia com o tema, no qual adotou-se como critério para investimento de programas pelo Governo Federal, presente obrigatoriamente nos cursos de formação continuada na modalidade Educação à Distância (EAD) promovidos por ele, como percebido positivamente por instituições internacionais de financiamento, a exemplo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o aporte financeiro no Estado do Amazonas.

Em se tratando do policiamento comunitário, é praticamente o único pensamento, atitude e ação dos policiais e a única alternativa disponível para o gestor policial melhorar o relacionamento da Instituição com a sociedade (Brodeur, 2002), devendo ser sedimentado nas instituições policiais como ocorrido nos Estados Unidos e em outros países. Destacando-se os países da América Latina, problemáticas conhecidas como a baixa autoestima e outros permeiam interna e externamente as forças policiais, decorrente boa parte em razão do histórico de envolvimento com a repressão nos regimes autoritários bem como, depois da transição para a democracia, a escalada de violência que destacaram América Latina nesse quesito.

A ideia de uma polícia orientada para a solução de problemas junto à comunidade e melhoria da qualidade de vida da população, praticada em outros países, ganhou força no Brasil a partir da década de 80, com a abertura democrática do país e com a Constituição Federal de 1988 (Soares Júnior, 2013). Segundo o autor, o cenário contemporâneo, o policiamento comunitário desponta como uma promissora alternativa para mudanças no cenário da segurança pública. Nessa perspectiva, polícias brasileiras e estrangeiras passaram a investir em programas com base nessa filosofia e estratégia, visando a recuperação da credibilidade institucional. Várias iniciativas foram implementadas, a exemplo das atividades com gangues juvenis em Medellín na Colômbia e outros países.

No Brasil, foram implementados projetos na perspectiva de Polícia Comunitária, a saber: Viva Rio (RJ), Policiamento Interativo Comunitário (ES), Pacto pela Vida (PE), Ronda do Quarteirão (CE) e outros. Experiências que podem ser qualificadas de "comunitárias", foram identificadas nas polícias de 14 (catorze) Estados: Espírito Santo, Pará, Paraná, Sergipe, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Ceará, Pernambuco, Paraíba, Minas Gerais, Santa Catarina e Bahia.

No Estado do Amazonas, tal filosofia ganhou forma através da realização do Programa intitulado Ronda no Bairro, criado e implantado em 2011, na zona norte da cidade de Manaus, capital amazonense. O levantamento realizado pela Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP) na época indicou a localidade como a possuidora do maior índice de criminalidade, o qual era chamada popularmente de "zona (m)orte". Para responder aos anseios da sociedade, quanto à redução da sensação de insegurança, foi estabelecido um programa com base na proximidade da polícia com a sociedade, de forma ampla, sistêmica e participativa, tendo como foco a prevenção da violência e do delito, bem como a proteção do cidadão.

Tal perspectiva representou verdadeiramente um avanço para a população local, que passou a contar com uma polícia que passou a trabalhar com mais proximidade e em parceria com a comunidade, estreitando-se o laço de confiança que deve ser estabelecido entre ambas. Esta ideia é reforçada por Marcineiro (2009), na afirmativa:

Nessa nova filosofia de trabalho, a polícia busca estabelecer sólida relação com a comunidade, levar a população a participar no processo de prevenção criminal, fixar o policial no terreno, atuar além das condutas criminosas levando a polícia a fazer parte da recuperação das condições de vida do bairro ou da cidade. Busca fazer parcerias criando uma relação permanente com as comunidades. (MARCINEIRO, 2009, p.15).

Mais do que os investimentos óbvios no aumento de efetivo, aquisição de materiais e equipamentos e capacitação, no Amazonas, houve um grande empenho em fortalecer a articulação entre as polícias civil e militar, mediante integração de ações estratégicas que passaram a repercutir resultados, a partir da cooperação mútua e alinhamento que foram além do impacto inicial da política de governo, mas que têm representado uma reestruturação organizacional do Sistema de Segurança Pública.

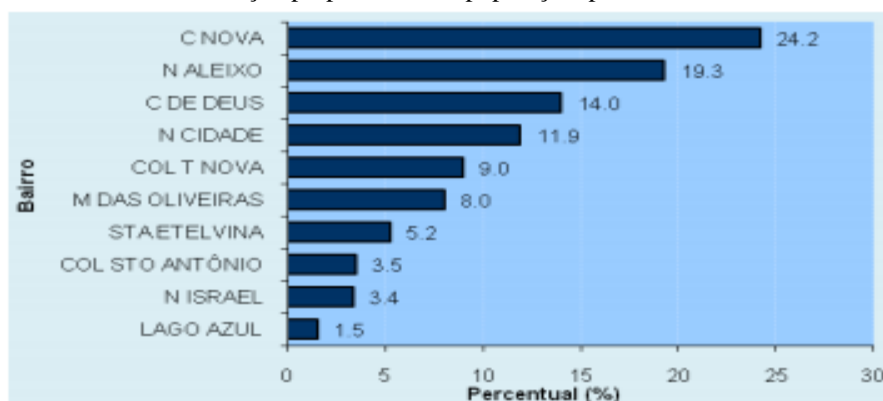
Tal objetivo correspondeu à pedra fundamental do Programa Ronda no Bairro estabelecido em 2011 como uma política de segurança pública com foco no cidadão, aperfeiçoando a prevenção e a repressão qualificada nas condutas ofensivas à sociedade.

Para a implementação do Programa, fez-se necessário adotar algumas linhas de ação, tais como: compatibilização territorial de atuação, integração dos órgãos, modernização organizacional e tecnológica, construção e reforma de infraestrutura, reaparelhamento, interação, inclusão e capacitação de recursos humanos, desenvolvimento de metodologia de policiamento comunitário, bem como outras ações estratégicas dos órgãos que compõem o Sistema de Segurança Pública do Estado (Soares Júnior, 2013)

Polícia Comunitária se faz muito além da aproximação polícia X cidadão, é uma filosofia na qual se almeja a qualidade de vida da comunidade, muito distante de ser mero assistencialismo social, mas uma efetiva participação comunitária, onde se reúnem todos os segmentos da sociedade para o alcance da segurança efetiva e o bem-estar social.

Inicialmente o programa foi lançado na Zona Norte de Manaus, estando atualmente implantado em 06 (seis) zonas geográficas (Norte, Leste, Centro-Sul, Centro-Oeste, Sul e Oeste), nos Distritos Integrados de Polícia (DIP), unidade policial onde coexistem no mesmo espaço físico a Companhia Interativa Comunitária (CICOM) e Delegacia de Polícia Civil (DP). A zona escolhida para lançamento do Programa possuía mais de meio milhão de habitantes (521 mil hab.), correspondendo à zona administrativa mais populosa da capital. Em 2012 a Zona Norte aumentou de seis para dez bairros, sendo que os dois bairros mais populosos: Cidade Nova e Novo Aleixo, possuem população acima de 100.000 habitantes, (Nascimento, 2013) conforme representação gráfica:

Gráfico 01 – Distribuição proporcional da população, por bairro, Zona Norte, 2012:



Fonte: Diagnóstico da criminalidade 2012 Estado do Amazonas

Para que se vislumbre melhor o quanto representa esse contingente populacional, estabelece-se um comparativo com todos os municípios do interior do Amazonas, no qual os dois bairros mencionados anteriormente possuem população extremamente superior, inclusive ao município de Parintins, segundo mais populoso do Estado (perde apenas para a capital)

que, em 2012 apresentou número de habitantes equivalente a um único bairro da Zona Norte, o Novo Aleixo com 100.479 habitantes (Nascimento, 2013). Além do grande quantitativo de pessoas beneficiadas, a incidência recorrente de ocorrências policiais pesaram para a escolha da localidade como a primeira a receber o Programa Ronda no Bairro. Com tais características, o gestor público tem sua responsabilidade aumentada:

Não há como negar que questões demográficas, como o crescimento populacional, não podem ser desconsideradas quando o objetivo é a promoção do bem-estar social. (...). Se o desperdício é ocasionado por perdas populacionais causadas por mortes plenamente evitáveis (...) os esforços devem ser redobrados a qualquer custo, tanto para o setor de saúde quanto para o setor de segurança pública (NASCIMENTO, 2013, p.46-47).

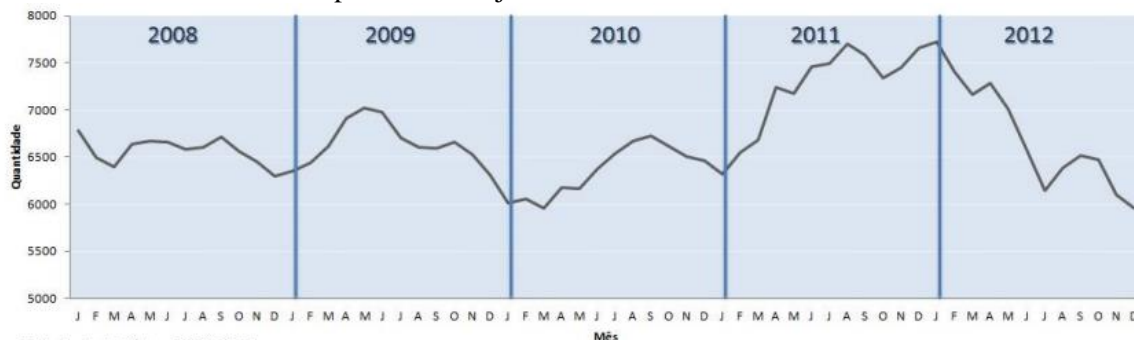
Para que o alcance necessário pudesse ser atingido, foram ampliados o número de DIPs, alcançando a quantidade de 30, com estrutura predial nova, fruto de reforma ou construção (antes do Programa eram apenas 19 DIPs. O programa também avançou para o interior do Amazonas, estando presente em 10 (dez) municípios (quais sejam: Iranduba, Manacapuru, Itacoatiara, Parintins, Humaitá, Tabatinga, Tefé, Coari, Maués e Eirunepé).

Em se tratando da metodologia de implantação, o território geográfico da cidade foi dividido em zonas e estas em setores, e numa célula menor, subsetores, os quais eram policiados inicialmente pelo mesmo grupo de policiais militares (18 policiais em cada um dos três turnos), existindo o policiamento em viaturas de duas rodas (motocicleta) e quatro rodas (automóvel), realizando o trabalho preventivo ostensivo (Soares Júnior, 2013).

O avanço do Programa ocupando todo território da capital, bem como o avanço do interior, coincidiu com recorrentes queixas da população sobre uma possível redução do policiamento na capital para suprir o avanço do Programa, uma vez que não foram realizados novos concursos públicos para as polícias estaduais, no qual a população sentiu que o “policiamento sumiu”, ou ainda, que hoje seja percebida uma concentração maior de atuação nas áreas comerciais.

Nas delegacias, a Polícia Civil continuou realizando suas atividades repressivas, no qual se notou uma redução de ocorrências de infrações penais: homicídio doloso (tentado e consumado), roubo seguido de morte (latrocínio), lesão corporal dolosa, violência doméstica, estupro, roubo e furto.

Gráfico 02 – Evolução do quantitativo de ocorrências de infrações penais, segundo os meses do ano, no período entre janeiro/2008 e dezembro/2012:



Fonte: Diagnóstico da criminalidade 2012 Estado do Amazonas

Referente às infrações penais ocorridas entre 2008 a 2012, houve uma quase estabilidade entre os anos de 2008 e 2010, com quantitativo de ocorrências oscilando em torno de 6 e 7 mil infrações, até alcançar o seu ponto de máximo em (agosto e dezembro/2011) toda a série quinquenal no ano de 2011, alcançando um total de, aproximadamente, 8 mil registros. No ano de 2012, a partir de fevereiro ocorreu um declínio vertiginoso das infrações penais que evidenciaram uma redução dessas naturezas de crimes em Manaus no período (Nascimento, 2013).

Seria de grande relevância para este trabalho que pudéssemos estabelecer um comparativo dos períodos subsequentes à implantação do Programa Ronda no Bairro, mas, ficamos limitados a analisar os dados de 2012, pois são os únicos disponíveis para acesso no sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP).

Ainda que não se disponha de dados estatísticos para corroborar tal afirmativa, em reportagens divulgadas na imprensa local, relacionaram-se o aumento da população carcerária como decorrência das ações do Programa, não somente da população adulta, como de crianças e adolescentes no cometimento de atos infracionais.

Notadamente, a cobertura dos dados criminais necessita avançar sobre a capital e os municípios do interior do Estado, para que se melhore a confiabilidade das informações, bem como possa subsidiar adequadamente a adoção de políticas de prevenção e combate à violência e o delito, bem como as produções científicas relacionadas ao tema.

Na sequência, a apresentação da organização da formação continuada para as polícias estaduais, destacando-se os eixos norteadores e resultados alcançados (cursos, policiais beneficiados e parcerias).

3.1 PARÂMETROS PARA INVESTIMENTO EM FORMAÇÃO CONTINUADA

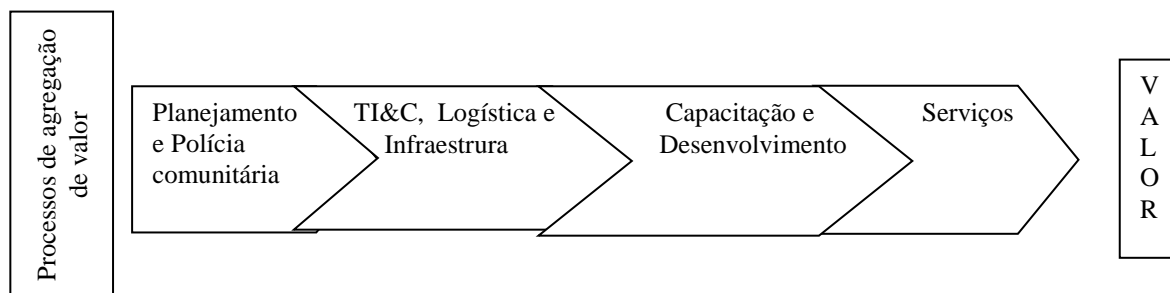
No âmbito do Governo Federal, a estrutura organizacional da Segurança Pública avançou no aspecto de formação continuada dos policiais. No Ministério da Justiça e Cidadania (MJC), a Secretaria Nacional de Segurança Pública tem planejado e coordenado as ações formativas de segurança, no qual destaca-se a modalidade de ensino à distância no âmbito federal e a firmação de convênios para a realização de cursos nos estados. Com intuito de organizar essa dinâmica formativa, a SENASP estabeleceu uma matriz comum.

Elaborada em 2003, a Matriz Curricular Nacional (MCN) é uma referência teórico-metodológica que visa orientar o planejamento e avaliação das atividades formativas dos profissionais da área de Segurança Pública (Polícia Militar, Polícia Civil e Bombeiro Militar). Sua utilização pretende fomentar orientações e reflexões pedagógicas e garantir a coerência das políticas de melhoria da qualidade da Educação em Segurança Pública, além da melhoria da efetividade do desempenho profissional e institucional.

Segundo a SENASP, para a para consolidação entre as corporações policiais, foram realizadas oficinas pedagógicas no período de março de 2006 a fevereiro de 2007 com o objetivo de conhecer e analisar os currículos e projetos pedagógicos que são desenvolvidos nas Academias e Centros de Formação, de modo a possibilitar o intercâmbio de experiências entre os estados de uma mesma região, apresentar o documento Matriz Curricular em Movimento e realizar dinâmicas sobre a interdisciplinaridade e a transversalidade com o tema Direitos Humanos.

O Programa Ronda no Bairro trouxe em seu corpo os “Parâmetros para Investimento em Formação Continuada”, cuja finalidade dos investimentos era melhorar a capacitação dos integrantes dos órgãos e instituições da cadeia de valor para a produção de Segurança Pública, a gestão e a operacionalização dos processos e atividades do Sistema de Segurança Pública do Amazonas.

Desta forma, a centralidade dos esforços estava na capacitação de toda cadeia de valor do Programa para a produção de Segurança Pública (Planejamento e Polícia Comunitária; TI&C, Logística e Infraestrutura; Capacitação e Desenvolvimento; e Serviços), que utiliza metodologias de ensino presencial e à distância (EAD), conforme esquema a seguir:

Figura 1 - Cadeia de Valor do Programa Ronda no Bairro:

Fonte: Secretaria Executiva Adjunta do Programa Ronda no Bairro (SEARB)

De acordo com a Secretaria Executiva Adjunta do Programa Ronda no Bairro (SEARB), o planejamento da formação continuada consistiu em atividade realizada sistematicamente, a fim de satisfazer as necessidades regulares e eventuais decorrentes de problemas identificados, produzindo os efeitos de preparação de pessoal, manutenção de aprendizagem, correção e ajustes de atitudes, condutas e procedimentos.

Anualmente seria elaborado o projeto de formação do respectivo exercício, o qual será constituído observando-se os elementos pedagógicos: diagnóstico, justificativas, objetivos, metas, metodologia etc. Segundo a SEARB, o desenvolvimento da formação continuada não prescindiria a elaboração e apresentação prévia de projetos de curso, orientando-se pelos seguintes eixos:

Figuras 2 e 3 – Eixos do Programa Ronda no Bairro e Eixos Metodológicos:

a) Eixos do Programa Ronda no Bairro



CURSOS	PM	PC	BM	DETRAN	IESP	SSP	EB	PF	GM/AM	GM/RO	SUSAM	INPA	SEARP	SEAS	SEMED	SEMSA	SEJEL	PM/RO	TOTAL
Identificação veicular	9	35	0	3	3	3	3	3	0	3	3	3	3	3	3	3	3	3	86
Investigação criminal de homicídios	0	58	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	58
Resolução de problemas	42	44	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	86
Retrato falado	2	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12
Força tática	50	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	50
Motorista de veículo de emergência	87	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	92
Ronda no bairro	550	243	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	793
Tiro policial na preservação da vida e aplicabilidade da lei	170	61	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	231
	910	471	5	3	3	3	3	3	0	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1428

2013																			
CURSOS	PM	PC	BM	DETRAN	IESP	SSP	EB	PF	GM/AM	GM/RO	SUSAM	INPA	SEARP	SEAS	SEMED	SEMSA	SEJEL	PM/RO	TOTAL
Fotografia pericial	4	19	1	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	26
Gestão de projetos	6	9	0	0	5	0	0	0	0	0	1	0	1	0	3	1	2	0	28
Investigação criminal de homicídios	2	22	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	24
Força tática	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11	19
Ronda no bairro	180	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	189
Ronda no bairro - Interior	555	75	0	0	0	0	0	0	60	2	0	0	0	0	0	0	0	0	692
Motorista de veículo de emergência	21	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	24
Tráfego de pessoas	9	17	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	28
	785	151	1	0	5	2	3	2	60	2	1	0	1	0	3	1	2	11	1030

2014																			
CURSOS	PM	PC	BM	DETRAN	IESP	SSP	EB	PF	GM/AM	GM/RO	SUSAM	INPA	SEARP	SEAS	SEMED	SEMSA	SEJEL	PM/RO	TOTAL
Ronda no bairro - Nível II	38	25	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	63
Entrevista e interrogatório	3	28	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	31
Técnicas básicas de investigação criminal	6	22	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	28
Investigação de assuntos internos/Corregedoria	14	14	2	2	2	2	2	2	0	2	2	2	2	2	2	2	2	2	58
Curso de formação de soldados - CFSD/Ronda no bairro	504	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	504
	565	89	2	2	2	2	2	2	0	2	2	2	2	2	2	2	2	2	684

TOTAL GERAL	2260	711	8	5	10	7	8	7	60	7	6	5	6	5	8	6	7	16	3142
--------------------	-------------	------------	----------	----------	-----------	----------	----------	----------	-----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	-----------	-------------

Fonte: Secretaria Executiva Adjunta do Programa Ronda no Bairro (SEARB).

Apesar de toda essa oferta ter significado um grande avanço até mesmo da gestão pública, que esteve mais sensível à necessidade de aperfeiçoamento de seu efetivo policial, faz-se necessário ponderar um importante aspecto, que pode inclusive comprometer a qualidade dos resultados dessa formação continuada integrada, a saber, o gerenciamento feito pelos comandos das Polícias Civil e Militar.

Como é possível constatar no quadro acima, alguns cursos e turmas tiveram uma participação muito baixa de policiais. O IESP encaminha documento informando a oferta e a disponibilidade do servidor é feita pela Delegacia Geral da Polícia Civil e Comando-geral da Polícia Militar, que adequa a retirada do policial da escala de serviço, fazendo o remanejamento necessário para que não haja solução de continuidade do trabalho policial. Entretanto, essa não foi o único problema enfrentado para alcançar os operadores de segurança. Infelizmente, alguns gestores entenderam os cursos oferecidos como uma oportunidade para “punir” o policial. Alguns gestores enviaram para a capacitação os policiais de sua unidade que consideravam problemáticos (faltosos, por exemplo) e ainda houve servidor convocado em seu período de férias, por exemplo.

Tal atitude evidencia a necessidade de refletir sobre quais os objetivos da formação continuada para o sistema de segurança pública, desde o nível máximo de gestão, até o profissional de ponta, que atende diretamente o cidadão que o procura. Esse tema igualmente não pode ser dissociado de desenvolvimento, afinal conforme conceito de qualificação profissional de Kober (2004) “qualificação profissional é a preparação do cidadão através de uma formação profissional para que ele ou ela possa aprimorar suas habilidades para executar funções específicas demandadas pelo mercado de trabalho”, e no caso da segurança pública, podemos substituir mercado de trabalho para a sociedade, que cada vez mais necessita de sua atuação qualificada.

Enriquecendo ainda mais a reflexão, Chiavenato (2008) expõe que organizações, públicas ou privadas, precisam equiparar talentos e competências para poder acompanhar a forte mudança e evolução do mundo moderno. O mesmo autor é categórico ao afirmar que a excelência na prestação de serviços vai além de conquistar, reter, aplicar, desenvolver, motivar e recompensar talentos, mas, principalmente da gestão de competência e o alcance de resultados significativos por meio delas.

Um exemplo claro ocorreu no desenvolvimento das ações formativas no Amazonas. O Curso Ronda no Bairro atendeu aproximadamente 2.200 policiais, dentre civis e militares. Desses, em se tratando de gestores do sistema, houve uma cobertura satisfatória de Delegados da Polícia Civil e pouquíssima participação de Oficiais da Polícia Militar, os quais o

Comando disponibilizou para o curso supramencionado, apenas alguns Tenentes (Oficiais Subalternos) e houve o registro de apenas um Major (Oficial Superior). Como as turmas eram integradas, compostas por policiais independentemente de cargos, pois abordaram conteúdos genéricos do funcionamento da nova metodologia de trabalho em implementação, os demais policiais criticaram a ausência dos gestores, questionando sobre a incoerência de ter o operador capacitado em relação ao programa e alguns gestores não, sendo que esses últimos adotariam medidas diariamente de organização e emprego do trabalho. No desconhecimento, seria até mesmo possível realizar ações que conflitasse com a filosofia e objetivos da política.

Em se tratando da relação com o crescimento na carreira a atividade formativa é valiosa por significar:

Aperfeiçoamento profissional é a educação que visa ampliar, desenvolver e aperfeiçoar o homem para seu crescimento profissional em determinada carreira na empresa ou para que se torne mais eficiente e produtivo no seu cargo. (CHIAVENATO, 2002, p. 496).

Além do valor no quesito “operacionalidade” da atividade policial, os investimentos na formação continuada e sistemática reforçam uma importante atividade para a Administração Pública: a administração estratégica.

A atividade policial carece de ter suas ações ainda mais pautadas por esse processo, até mesmo para desmistificar a máxima repetida exaustivamente de que vive “enxugando gelo”. Ribeiro (2003) ressalta a importância de planejar a estratégia ideal para que se atinjam os objetivos de acordo com as condições impostas pelo ambiente, aproveitando as oportunidades e se defendendo das ameaças que surgem, mediante elaboração de um plano que concilie elementos internos e externos.

Se pensarmos na necessidade de manutenção de bons profissionais, Ribeiro (2006), afirma em geral, que as empresas ainda não encaram a esfera dos Recursos Humanos como uma área-chave, vista normalmente como “Departamento de Pessoal”, essencialmente burocrática e distante dos objetivos da organização. É possível afirmar que o mesmo se aplica ao sistema de segurança pública do Amazonas, pois ainda há muito a se evoluir no sentido de tornar as carreiras policiais mais atrativas. É ideal que uma política de desenvolvimento profissional esteja atrelada ao aspecto educacional.

Nisso a Polícia Civil já deu o primeiro passo evolutivo: existem gratificações de curso que vão desde cursos de capacitação até pós-graduação *strict sensu* (mestrado e doutorado), enquanto na Polícia Estadual somente há um projeto de lei na Assembleia Legislativa do Estado que está distante de ser votada. Na PCAM, entretanto, esse

reconhecimento ainda não se tornou pleno quanto à progressão na carreira, pois nas cada vez mais espaçadas promoções, há muitas divergências quanto à pontuação atribuída e quais cursos são importantes ao desenvolvimento do trabalho policial.

Para reter talentos seja nas empresas, como na administração pública, a área de Recursos Humanos deve criar medidas para estimular e desenvolver o potencial de seus profissionais, o que fatalmente levará ao fomento da capacitação de servidores, dentre outras ações.

Em seguida, trataremos do fortalecimento do trabalho integrado na sua prática diária, bem como a estratégia utilizada no AM para mensurar o desempenho das forças policiais.

3.2 PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PADRÃO INTEGRADOS E INDICADORES DE DESEMPENHO

Em março de 2013 deu-se início aos trabalhos de padronização dos procedimentos operacionais adotados pelas policiais estaduais no Amazonas. Para tanto, a Portaria nº 0229/2013-GS/SSP, de 16 de dezembro de 2013, constituiu a Comissão Integrada de Sistematização dos Procedimentos Operacionais das Polícias Civil e Militar do Estado do Amazonas (CISPO), composta por Oficiais da PMAM, Delegados, Perito Criminal e Investigador da PCAM, que passaram a discutir a sistematização dos procedimentos, tendo como embasamento o Manual de Procedimentos Operacionais Padrão (POP) da Polícia Militar do Amazonas, aprovado pelo alto-comando da corporação em 2010, mas que não foram totalmente efetivados junto ao efetivo policial militar.

Nessa etapa identificou-se a necessidade de alinhamento com a legislação vigente, bem como à metodologia de policiamento comunitário adotado no Programa de Segurança Pública local. Foram utilizados como referência também os POPs das Polícias Militares de Goiás e Mato Grosso.

Ao longo de 09 (nove) meses a comissão esteve reunida, revisando os procedimentos, discutindo sua aplicabilidade, analisando a doutrina operacional e etc. Vale ressaltar que para os procedimentos específicos, foram convidados os profissionais que atuam em áreas especializadas, tais como: grupamento de bombas e artefatos, policiamento montado, violência contra a mulher, entre outros. O produto parcial da construção foi apresentado às Polícias Civil e Militar em reunião realizada no mês de dezembro de 2013, na

sede do Ministério Público do Estado do Amazonas, onde o livro dos procedimentos operacionais integrados foi entregue ao Comandante-Geral da PMAM e Delegado Geral da PCAM, ocasião em que estiveram presentes os gestores do Sindicato dos Funcionários da Polícia Civil do Estado do Amazonas (SINPOL) e Associação dos Peritos Oficiais do Estado do Amazonas (APOEAM).

Alguns dias depois, os procedimentos foram submetidos à apreciação do efetivo geral das polícias, por meio do acesso pessoal ao Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP) e envio de sugestões e/ou críticas no e-mail expresso (institucional) indicado. Após algumas semanas, sugestões foram recebidas, inclusive do Sindicato dos Delegados de Polícia de Carreira do Estado do Amazonas (SINDEPOL) e deliberadas pela Comissão.

A versão final do livro passou ainda pela revisão do Diretor-Geral do Instituto Integrado de Ensino de Segurança Pública (IESP), que também exercia a função de Presidente do Conselho Editorial da Secretaria de Estado de Segurança Pública, conforme a portaria nº0189/2014-GS/SSP, de 1º de outubro de 2014. A Portaria nº 025/2014-GS/SSP, publicada em 24 de fevereiro de 2014 instituiu a “Rotina de trabalho de segurança cidadã do Amazonas: procedimentos operacionais padrão integrados da PMAM e PCAM”. A Comissão do POP, juntamente com o IESP, elaborou uma proposta de capacitação prevista para 2015, onde os cursos abrangem as modalidades “operador” e “multiplicador”, esses últimos, responsáveis pelo estudo contínuo dos procedimentos no âmbito dos Distritos Integrados de Polícia (DIPs), na capital e interior do Estado por meio da utilização do Centro de Mídias da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), que tem alcance em todo interior, por meio das salas de transmissão.

O caráter permanente da Comissão se reafirma com o surgimento de novas demandas de discussão, por exemplo, motivado pela Ouvidoria da Secretaria de Estado de Segurança, iniciaram-se as reflexões acerca da elaboração de procedimento para atendimento de ocorrência de intolerância, além da elaboração de cartilha para o público interno (policial) com orientações, conceitos e procedimentos relacionados à atuação policial com o grupo LGBTT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, até então, tais discussões não haviam sido alcançados pelos procedimentos operacionais padrão das polícias estaduais no Amazonas.

A operacionalização dos Procedimentos Operacionais Padrão Integrados (POP) corresponde a uma das ações mais desafiadoras a serem realizadas no Sistema de Segurança Pública. O próprio estabelecimento de procedimentos operacionais significa imprimir o caráter técnico que a atividade policial exige, não podendo esquecer-se de preceitos essenciais

como a segurança individual e coletiva, bem como a preservação dos direitos humanos. A qualificação do efetivo requer um treinamento sistemático e ininterrupto, onde o conteúdo do POP deve ser componente curricular dos cursos de formação continuada, como aqueles de formação inicial (conhecidos como academia de polícia).

O treinamento deve, impreterivelmente, possuir caráter prático, no qual o policial possa desempenhar as atividades de abordagem, busca pessoal, atendimento de ocorrência, apreensão, entre outros, sob o olhar atencioso de um instrutor policial experiente que realize correções. Atualmente, quando instaurada uma sindicância administrativa disciplinar no âmbito das instituições policiais ou quando um policial é convocado a prestar esclarecimentos em juízo, a autoridade responsável pelo ato certamente utiliza o POP para confrontar a atuação do operador de segurança, que corre um grande risco de não conhecer adequadamente os procedimentos os quais será cobrado. Importante ressaltar que a CISPO possui caráter permanente, portanto, gestores, policiais e demais interessados podem apresentar demandas para apreciação e encaminhamentos.

Ainda sobre a articulação das ações, foi criada no âmbito do sistema de segurança pública a Comissão Integrada do Processo de Avaliação de Desempenho das Polícias Civil e Militar do Estado do Amazonas (CISPAD). O trabalho inicial desse novo grupo foi o de discutir e propor indicadores que servissem de subsídio para a avaliação do desempenho das polícias estaduais. Essa tarefa corresponde, sem dúvida, a um dos principais desafios para as forças policiais estaduais, uma vez que correspondem à convergência de esforços, investimentos e ações para o alcance dos objetivos em comum – havendo a necessidade de maior articulação entre ambas para atingi-los. Mesmo que, em algum sentido pareça até uma tarefa natural, tal iniciativa está muito longe de ser fácil, como descreve o próprio instrumento que gere a sua implementação, intitulado “Bases Conceituais e Procedimentais da Avaliação de Desempenho das Áreas Integradas de Segurança Cidadã (AISCs) do Amazonas (2014):

Assim, um dos principais desafios que se impõe à gestão da segurança pública comprometida com resultados é a implementação de sistemas de mensuração, constituído de indicadores destinados às atividades de diagnóstico, monitoramento e avaliação das políticas de segurança, seus programas, ações e projetos. (JANUÁRIO et al., 2014, p.7).

Para institucionalizar o Sistema de Avaliação de Desempenho das Áreas Integradas de Segurança Cidadã (AISCs) – SISAD no Estado do Amazonas, a Secretaria de Estado de Segurança Pública – SSP, publicou a Portaria n.º 024/2014-GS/ SSP, publicado no D.O.E. de 24.02.2014, e constituído de indicadores de criminalidade, de produtividade e de custos

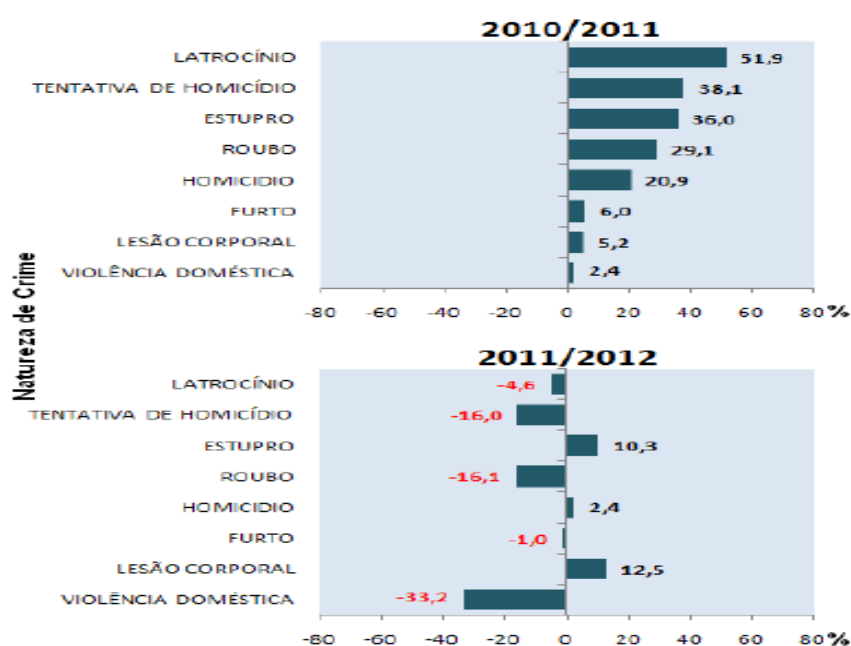
operacionais das Polícias Civil e Militar do Estado. Para melhor compreender essa dinâmica, (Januário, 2014) a Área Integrada de Segurança Cidadã (AISC) consiste em um “território definido”, coincidentemente com a Zona Administrativa, a saber: norte, sul, centro-sul, leste, oeste e centro-oeste, e no caso do interior do Estado, cada município corresponde a uma AISC. O modelo de gestão implementado e constantemente aperfeiçoado, envolve três níveis de planejamento, coordenação, monitoramento e avaliação:

a) Estratégico – que se foca nas despesas (investimento e custeio) e impacto do Programa na criminalidade em todo o Estado, baseado no modelo de AISC;

b) Tático – voltado ao desempenho de cada AISC. O desempenho de cada AISC deve ser medido pelo: índice de criminalidade; custeio da segurança pública; e produção policial;

c) Operacional – que deve evidenciar o gerenciamento operacional de cada Distrito Integrado de Polícia (DIP), de suas unidades policiais integradas – UPI (CICOM e DP) e dos seus módulos de policiamento interativo - MPI (exclusivo da PMAM e executor do policiamento de cada setor). Neste nível, deve-se evidenciar, em alguns aspectos, o desempenho policial individual. A fim de mensurar a redução da violência e dos delitos em cada AISC, destacam-se as variáveis: homicídios (tentado e consumado), roubos, furtos, latrocínio, lesão corporal (seguida de morte ou culposa de trânsito) e estupro (adultos e de vulneráveis).

Gráfico 03 – Variação relativa das Infrações Penais entre 2011/2012:



Fonte dos dados básicos: INFOPOL/SISP//SSP/AM

Fonte: Diagnóstico da Criminalidade 2012 do Estado do Amazonas.

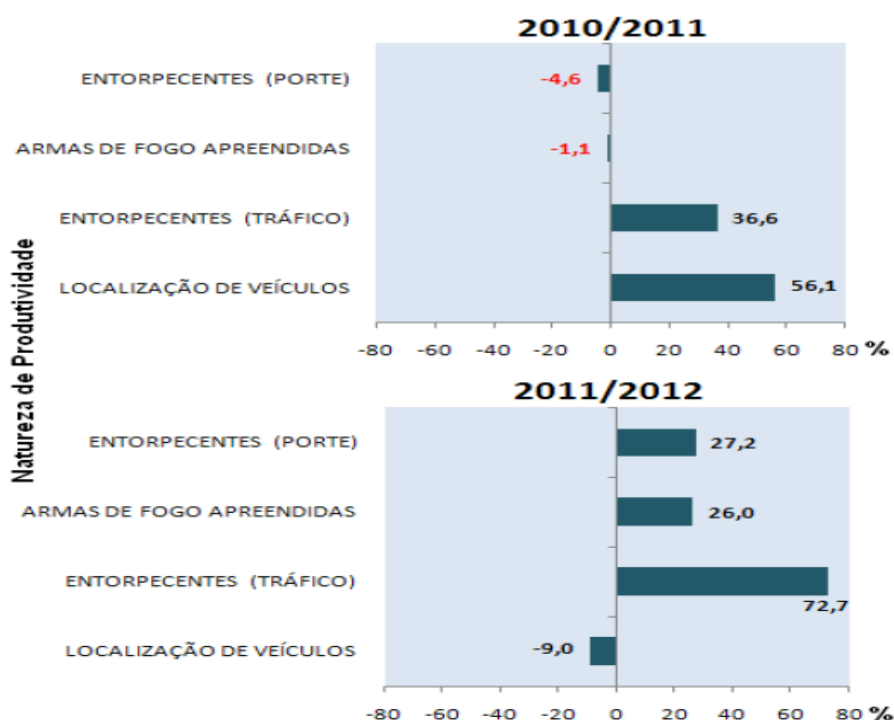
O crime de homicídio houve um aumento de 20,9% entre 2010 e 2011. Já no período subsequente (2011/2012) ocorreu uma desaceleração do crescimento que ao final de 2012 representou um aumento proporcional do número de ocorrências bem inferior (2,4%) àqueles alcançados anteriormente. Outra natureza criminal que apesar do crescimento vem desacelerando é o crime de estupro. Ao final de 2011 cresceu 36% em relação ao ano de 2010. Resultados mais animadores, embora ainda não satisfatórios, foram conseguidos em 2012 quando esse crescimento foi de 10% (Nascimento, 2013).

Resultado bastante significativo foi obtido com a redução do roubo seguido de morte (latrocínio). Se entre 2010 e 2011 houve aumento considerável desse crime (52%), no biênio seguinte, 2011/2012, foi possível experimentar uma queda vertiginosa do latrocínio que implicou numa variação negativa de 5% na comparação com resultados alcançados entre 2010/2011 (Nascimento, 2013).

Para a natureza lesão corporal os resultados mostraram que enquanto houve aumento de 5% entre 2010 e 2011, no biênio seguinte de 2011/2013 esse aumento elevou-se para 13%. Uma das razões mais prováveis é que essa variação possa ser explicada pelas ações do Programa Ronda no Bairro que intensificou maior presença da polícia nos bairros e, ocasionalmente, isso tem proporcionado maior confiança da população que, por conseguinte vem denunciando mais seus agressores (Nascimento, 2013).

No que se refere à tentativa de homicídio, observou-se uma variação proporcional positiva de 38% entre 2010/2011. No biênio seguinte (2011/2012) houve uma queda significativa que ocasionou uma variação negativa de 16%. Também os furtos, houve no último biênio (2011/2012) houve uma variação negativa (1%), isto implica em redução do número de ocorrências já que entre 2010/2011 houve um aumento de 6%. Com relação à natureza roubo, observa-se que houve um aumento de 29% no ano de 2011 em relação a 2010, no entanto, ao se comparar os dados de 2012 com 2011, verifica-se redução de 16% (Nascimento, 2013).

Gráfico 04 –Variação percentual dos registros de produtividade registrados em Manaus,2010/2011, 2011/2012:



Fonte dos dados básicos: INFOPOL/SISP/SSP/AM

Fonte: Diagnóstico da Criminalidade 2012 do Estado do Amazonas.

Em 2011, registrou-se menos 1% de apreensões de armas de fogo do que os registros em 2010. Já em 2012 foram apreendidas 26% mais armas de fogo do que em 2011 (Nascimento, 2013).

Os veículos localizados/recuperados que em 2010/2011 alcançaram a cifra dos 56% não evoluíram positivamente, pelo contrário, em 2012 esse percentual foi de 9% a menos do que no ano de 2011.

Para a natureza entorpecentes (porte/posse/uso) verificou-se redução de 4,6% entre 2011 e 2010. Contudo, no ano de 2012 houve uma elevação desse percentual o que implicou numa maior produtividade (27%), quando comparado com o ano de 2011 (Nascimento, 2013).

Na natureza tráfico de entorpecente, destacam-se duas elevações consecutivas de produtividade na comparação entre 2011 com 2010 (37%), e entre 2012 e 2011 (73%).

A presença mais marcante das polícias geralmente representa a redução dos crimes contra o patrimônio (furtos e roubos), mas não necessariamente dos crimes contra a vida (homicídio e latrocínio). O policiamento nas ruas e policiais interagindo com a comunidade trouxe importantes avanços para o Amazonas, dentre eles, a desaceleração do crescimento das

mortes violentas (homicídios) de 2011 para 2012, auge da implantação do Programa Ronda no Bairro. Os números apresentados no Diagnóstico de Criminalidade 2012 no AM demonstram que a política em si trouxe ganhos positivos: redução em importantes naturezas criminais e aumento da produtividade policial. Mas a própria gestão do sistema de segurança pública deixou a apresentar os dados subsequentes, que permitiriam analisar e avaliar quais aspectos permaneceram positivos, quais os que sofreram declínio na qualidade, tornando possível realizar correções ao longo do próprio desenvolvimento da política de governo. O que dá a sensação de que as ações podem ter sido realizadas “às cegas”.

Tão importante quanto nortear o desenvolvimento de um programa, a transparência de informações e dados está diretamente ligada a confiabilidade que se pode atribuir, quanto ao conhecimento da realidade. Estudo recente no Brasil relacionados à violência indicou que o Amazonas possui uma classificação de não confiabilidade de dados criminais, o que é negativo para a gestão e comprometedor para a realização de pesquisas científicas.

4 DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DA ATUAÇÃO SOCIAL CIDADÃ

A segurança é um dos direitos sociais assegurados pela Constituição Federal de 1988 e valiosa por sua relação direta com a preservação da vida humana. A vulnerabilidade pessoal e/ou do patrimônio corresponde à principal motivação da aquisição recorrente de insumos (cercas elétricas, câmeras, alarmes, empresa de segurança privada etc.) que viabilizam a proteção individual, quando o indivíduo acredita que o Estado não a oferece satisfatoriamente. Por outro lado, os governos têm empregado volumosos investimentos financeiros no aumento de efetivo, aquisições de viaturas, armas de fogo, além da implantação de programas voltados para o estreitamento da relação polícia e comunidade, razão pela qual a expressão “segurança cidadã” esteja cotidianamente presente nas discussões sobre o tema.

A experiência do Amazonas que permitiu a articulação do Estado com a sociedade, objetivando a identificação e solução de problemáticas contemporâneas, de modo a promover melhor qualidade de vida e comunidades mais seguras, ampliou os mecanismos de integração das polícias estaduais com a sociedade atendida por elas.

Novas metodologias de policiamento interativo viabilizaram a realização de visitas aos cidadãos (nas modalidades comunitária e solidária), o estabelecimento de pontos de visibilidade, o patrulhamento em duas ou quatro rodas, e até mesmo uma atividade mais próxima às crianças, adolescentes e jovens intitulada “Ronda Escolar”.

As bibliografias que embasaram as reflexões acerca do valor educativo da atuação policial, especialmente sob a égide da filosofia de Polícia Comunitária, no qual o operador de segurança pública corresponde a um **pedagogo social** (grifo nosso), e como tal, suas ações devem concorrer para a promoção da cidadania, e quando não o faz, dissemina o serviço mal prestado, tornando-se exemplo negativo para a sociedade em geral (e rejeitado por ela), especialmente para crianças e adolescentes, ainda em formação.

A condição adequada da escolha sobre qual caminho trilhar é, sem dúvida, determinada pela condição moral e ética do agente, mas, embora seja discricionária, pode (e deve) ser amplamente discutida e difusa no ambiente formativo profissional, além de estimulada e reconhecida institucionalmente.

Passemos a refletir de que maneira a formação continuada policial pode contribuir para o fortalecimento de valores sociais muitas vezes desprezados nos ambientes familiar e comunitário, além de trazer algumas reflexões da maneira como tem ocorrido a participação policial no ambiente escolar e quais benefícios e/ou danos podem ser identificados em decorrência dela.

Para consubstanciar o estudo, analisaremos os desafios atuais do preparo policial para a atuação cidadã na escola e sociedade, decorrente de uma política de formação continuada que objetive a valorização social e o reconhecimento institucional.

Outra temática cada vez mais evidenciada nas discussões acadêmicas e governamentais é a violência letal intencional. Dados da ocorrência de mortes intencionais entre a camada jovem têm sido tão alarmantes que em 2015 o Governo Federal anunciou o estabelecimento de um “Pacto Nacional para a Redução de Homicídios”, no qual o já foram divulgados alguns indicadores que elegeram as cidades prioritárias para a futura implementação desse pacto. No Amazonas, tem sido discutida a temática e desenhada uma proposta de intervenção, mas, igualmente não implementada, que recebeu o título de “Programa Todos pela Vida”.

A seguir, abordaremos o caráter social educativo que o bom desempenho policial pode significar para a sociedade.

4.1 O POLICIAL COMO PEDAGOGO SOCIAL – PROMOTOR DA CIDADANIA

Para Balestreri (1998), “o policial é um pedagogo da cidadania e, por isso, deve ser um promotor da ética na sociedade”. O autor chama de paradigmas contemporâneos na área da educação a necessidade de repensar o agente educacional de forma mais incluyente, ou seja, não mais reservado unicamente aos pais, professores e especialistas em educação, e sim incluir no rol pedagógico outras profissões formadoras de opinião, no qual o policial pode ser entendido como um **educador social** (grifo nosso).

No entanto, o mesmo autor adverte para o fato de, na possibilidade de a atuação policial ser contraditória em si, eivada de um desvio ético, pode-se constatar um processo de “deseducação social”. Infelizmente esse é o caso mais recorrente no dia a dia, quando operadores de Segurança Pública são flagrados em situações moralmente condenáveis, incitando a rejeição da sociedade a qual tem o dever de proteger.

O autor aprofunda ainda mais o tema e exemplifica os conflitos entre manifestantes e policiais como consequência do distanciamento entre o que é o desejo das ruas pelas garantias dos direitos e liberdades constitucionais e o que encontram nas polícias, instituições com alguns resquícios autoritários (Balestreri, 1998). A superação das sequelas (ranços, contaminação de ideologias, crença equivocadas, etc.), aumenta o abismo de comunicação entre partes indissociáveis: comunidade e aparato policial.

O policial é, antes de tudo um cidadão, e na cidadania deve nutrir sua razão de ser. Irmã-se, assim, a todos os membros da comunidade em direitos e deveres. Sua condição de cidadania é, portanto, condição primeira, tornando-se bizarra qualquer reflexão fundada sobre suposta dualidade ou antagonismo entre uma “sociedade civil” e outra “sociedade policial”. (BALESTRERI, 1999, p. 7).

O operador de Segurança Pública é revestido de uma “visibilidade moral”, no qual todas as suas ações (seja de caráter positivo ou negativo), interferem fortemente no ambiente comunitário em que trabalha e/ou reside. Ser uma referência para o cidadão comum, e, sobretudo exercer uma influência no imaginário infantil e na adolescência (que pode ser explorada de maneira assertiva) é, ao mesmo tempo, o argumento ideal para convencê-lo de sua “responsabilidade paternal” (ainda que não paternalista) sobre a comunidade (Balestreri, 1998).

Trabalhar em prol da manutenção da ordem pública é ser referencial e adotar uma conduta pautada em princípios sólidos. O Programa Ronda no Bairro propôs-se a fortalecer essa proximidade com a comunidade escolar, na modalidade de atuação intitulada: “Ronda Escolar”.

Além da modalidade de Ronda Escolar, instituída a partir do Programa Ronda no Bairro, são programas/projetos desenvolvidos pelas Polícias Civil e Militar, no âmbito das escolas públicas: Programa de Resistência às Drogas (PROERD/PMAM¹); Programa Formando Cidadão (PMAM); Programa Pró-Vida (PCAM²); e Programa de Prevenção à Violência (PREVINE/SSP-AM³). Com exceção do PROERD, que é um programa originariamente internacional, abraçado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), com formação específica aos policiais educadores, todos os demais programas/projetos ocorrem por iniciativa própria de policiais civis e militares preocupados em contribuir para criar nas escolas um ambiente mais seguro e propício à aprendizagem e formação humana, portanto, sobrevivem de poucos recursos das suas corporações, carecendo em alguns aspectos, de um maior preparo pedagógico do agente promotor das atividades educativas.

Em se tratando de exemplos recentes da “deseducação social” policial no Brasil, o Estado do Amazonas voltou a ser tema de discussão, em nível nacional, quando recentemente, em um único final de semana ocorreram 37 (trinta e sete) casos de homicídios, a maioria deles com característica de execução. Como se não bastasse o número por si só ser estarrecedor, os

¹ PMAM – Polícia Militar do Amazonas

² PCAM – Polícia Civil do Amazonas

³ SSP-AM Secretaria de Segurança Pública do Amazonas

questionamentos públicos ficaram ainda mais acalorados com a possibilidade de os crimes terem sido uma vingança.

A sequência de crimes teve início com o latrocínio de um Sargento da Polícia Militar, morto na tarde do dia 17 de julho de 2015, quando saía de uma agência bancária na Zona Sul de Manaus. A mídia (local e nacional) explorou a possibilidade de as mortes seguintes a esse fato, terem ocorrido por atividade de um grupo específico, organizado, como represália à morte do policial. Hipótese que foi admitida pelo próprio Secretário de Estado de Segurança Pública, o qual garantiu em entrevista, que se confirmada, os responsáveis seriam punidos exemplarmente.

Pouco menos de um mês após o acontecimento no Amazonas (dia 13 de agosto de 2015), fato semelhante ocorreu nas cidades de Osasco e Barueri na Grande São Paulo (SP), onde 18 (dezoito) pessoas foram assassinadas em menos de três horas e seis ficaram feridas. Segundo noticiado no Jornal Folha de São Paulo, no dia 14 de agosto, o então Secretário de Segurança Pública confirmou o número de mortos e feridos, dos quais 15 mortes ocorreram em Osasco e três em Barueri. Ele mesmo declarou que nenhuma hipótese estava descartada, e inclusive uma das linhas de investigação era a participação de policiais, após a recente morte de um policial militar e de um guarda civil metropolitano na região onde ocorreu a chacina.

Assim como o fato ocorrido no Norte do país, igualmente considerou-se a participação dos operadores de segurança como uma “resposta” à perda dos colegas de corporação. Medidas mais veementes foram identificadas em SP, no qual prontamente foi criada uma força tarefa para investigar a autoria dos crimes, sendo oferecida, inclusive, uma recompensa no valor de cinquenta mil reais a quem prestasse informações verídicas sobre tais homicídios. A Corregedoria da Polícia Militar Estado informou que havia fortes indícios de que 18 (dezoito) dos dezenove investigados pelos crimes são PMs, dentre Soldados, Cabos e Sargentos. Apenas um deles foi preso por suspeita de envolvimento na chacina, o que gerou duras críticas ao Governo do Estado de SP pela ausência de respostas efetivas.

Voltando ao caso do Amazonas, no final do último mês de agosto a Polícia Civil encerrou as investigações concernentes à morte do Sargento, sendo que 07 (sete) integrantes da quadrilha foram presos e um foi morto numa troca de tiros com a polícia, ao reagir a prisão. Entretanto, pouco se falou a respeito das outras mortes que compuseram o final de semana mais violento da história da capital amazonense, inclusive a resposta mediante investigação, da participação dos agentes de segurança na sua realização.

Tal postura abre precedentes para a impunidade e ampliam a rejeição e desconfiança da sociedade para com a polícia, e num sentido mais abrangente, na possibilidade de existir uma cultura de tolerância em relação à violência policial.

Concernente as possíveis estratégias de proximidade salutar entre polícia e comunidade atendida, sobretudo referente à uma parcela da população, que por estar em desenvolvimento, a de crianças e adolescentes, pode vir a ser beneficiada positivamente com um bom trabalho policial, o Programa Ronda no Bairro estabeleceu a modalidade de policiamento comunitário escolar, intitulado “Ronda Escolar”.

Segundo texto extraído do manual intitulado “Ronda no Bairro: implementação e gerenciamento do policiamento comunitário” (2013), em caso de existência de estabelecimento de ensino no setor de policiamento a Guarnição da Polícia Militar cumprirá os procedimentos previstos para a Ronda Escolar.

Na Ronda Escolar a guarnição, além de adotar os procedimentos previstos para o posicionamento e interatividade no Ponto de Relacionamento Comunitário e Visibilidade (PRCV), deverá:

- manter contato estreito com a direção das escolas da rede pública estadual, municipal e particular, no sentido de estabelecer vínculos de trabalho e proteção nos referidos locais;
- identificar pessoas estranhas e condutas comprometedoras da ordem pública, violentas ou delituosas nos estabelecimentos de ensino, para prevenir e reprimir delitos;
- efetuar prisões / apreensões, quando necessário, nos casos previstos em lei;
- coibir a prática de atos ofensivos à moral e aos bons costumes;
- reprimir práticas delituosas, principalmente o porte de armas de fogo e branca, e uso de entorpecentes;
- adotar medidas repressivas imediatas diante da iminência de comprometimento da ordem pública;
- identificar os vendedores ambulantes que tenham pontos de venda nas imediações das escolas, sendo tal medida preventiva, para coibir o comércio de produtos ilegais e a venda proibida a menores; e
- auxiliar nas campanhas e programas de prevenção ao uso e tráfico de drogas e desarmamento, solicitando palestras e outras formas de conscientização comunitária, dentro das especificações didáticas e limitações metodológicas estabelecidas pelas coordenações responsáveis. (SOARES JÚNIOR, 2013, p.XX).

O Programa Ronda no Bairro viveu o seu auge no biênio 2012-2013, período em que se constatou o policiamento comunitário, uma maior integração entre as polícias estaduais e delas para com a população e investimentos específicos para a capacitação dos operadores de segurança. Estima-se que o avanço do Programa foi muito acelerado, sem que as ações preparatórias o acompanhassem adequadamente, tanto no sentido da aplicação de recursos, bem como no uso adequado desses.

Informações do sítio eletrônico do Governo do Estado do Amazonas indicam o investimento de 300 milhões de reais nos dois anos iniciais do Programa. O alto custo da locação de veículos e da aquisição de tecnologias que muitas vezes não responderam às necessidades do serviço, tal como o aplicativo para smartphones no qual o indivíduo poderia realizar ligações telefônicas diretas para a viatura, mas que respondiam a impossibilidade completar a chamada, como as chamadas “cercas eletrônicas” as quais deveriam monitorar a localização das viaturas de quatro rodas, zelando pelo fiel cumprimento do policiamento na subárea e setores delimitados para a atuação de cada uma delas, denominada responsabilidade territorial.

Quanto ao trabalho junto às escolas não tem sido diferente: as visitas rotineiras, conversa com o grupo pedagógico e discente, palestras e orientações deram lugar a uma verdadeira indiferença por parte do aparato policial. Considerando que muitas escolas representam o único espaço que a juventude dispõe para as atividades desportivas e culturais, fazendo com que crianças, jovens e até mesmo adultos busquem frequentemente ocupar os espaços da escola. Essa concentração natural e positiva é perdida pelos operadores de segurança que muitas vezes encontram dificuldades em mobilizar a comunidade local.

Ainda, especialmente nos bairros da periferia da cidade ocorre que os estabelecimentos de ensino são os únicos equipamentos públicos com funcionamento no turno da noite, nessas escolas não é incomum a presença de aviõezinhos do tráfico, no intuito de cooptar crianças e adolescentes para o comércio de pequenas porções de entorpecentes ou para o cometimento de furtos e roubos.

Além do dano óbvio por significar a vulnerabilidade e risco dessas crianças e jovens ainda em formação de valores, portanto, mais suscetíveis às influências negativas, a ausência do Estado quanto à promoção da proteção implica numa perigosa liberdade para a ocupação negativa de lideranças criminosas na comunidade. Transmitindo a mensagem subliminar de que existem poderes paralelos, divergentes dos legalmente instituídos, com a tranquilidade para estabelecer domínio sobre os demais moradores.

É inegável o valor de um Programa de segurança ter em seu escopo a formação de seus agentes, como fator determinante para o sucesso da política, e nisso os Parâmetros para a Formação Continuada do Ronda no Bairro significou um importante passo para o desenvolvimento dos operadores de segurança pública, mas ainda é necessário ampliar as discussões quanto à própria Política Nacional de Segurança Pública:

[...] as instituições da segurança pública preservaram seus obsoletos formatos – com o ciclo de trabalho policial dividido, entre Polícia Militar e Polícia Civil –, sua

irracionalidade administrativa, sua formação incompatível com a complexidade crescente dos novos desafios, sua antiga rivalidade mútua, seu isolacionismo, sua permeabilidade à corrupção, seu despreço por seus próprios profissionais, seu desprezo por ciência e tecnologia, e seus orçamentos irrealistas [...] (SOARES, 2007, p.10).

É imprescindível que a bandeira da capacitação e formação continuada dos operadores de segurança pública seja levantada em nível de Governo Federal, indo além da estipulação de uma Matriz Curricular Nacional, mas, na continuidade dos editais de convênios para a realização de cursos e pesquisas, além de exigir de todos os Estados que não deixem de investir na qualificação e valorização de seus profissionais de segurança, para que possam desempenhar suas competências com excelência e qualidade.

4.2 A VIOLÊNCIA INTENCIONAL PRESENTE NAS ÁREAS DE VULNERABILIDADE SOCIAL

A Organização das Nações Unidas (ONU) lançou em 2014 um relatório com a temática prevenção global da violência, no qual apontou que 10% dos homicídios ocorridos no mundo foram cometidos no Brasil. As altas taxas de homicídios atingidas anualmente incitam o país a incluir as mortes violentas como pauta recorrente de discussão em diversas esferas sociais, incluindo-se do próprio governo.

Naquele mesmo ano o Estado do Amazonas foi o 18º estado mais violento do Brasil e a cidade de Manaus a 12ª capital mais violenta. Esse destaque extremamente negativo, mais uma vez traz à baila dos debates quais mecanismos têm sido adotados para frear o aumento assustador das mortes violentas intencionais na localidade.

Em torno de 79% das mortes violentas do Amazonas acontecem em sua capital. Notadamente, há uma concentração geográfica dessas mortes, que refletem em manchas em seu mapa territorial, os quais indicam as popularmente chamadas “áreas vermelhas”. A taxa de mortes aceitável pela ONU é de 10 (dez) mortes a cada 100 (cem) mil habitantes. Dados da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Amazonas indicam que até o mês de setembro de 2015, o Amazonas apresentou a taxa de 31 mortes por cem mil moradores, enquanto que na cidade de Manaus esse índice sobe para 50.

O bairro Jorge Teixeira, fundado em março de 1989 e localizado na zona leste da capital, apresentou assombrosos 69 mortes para cada cem mil habitantes, portanto, o bairro mais violento do Amazonas. Com esse índice que salta aos olhos, o bairro foi escolhido para ser o piloto de uma nova política governamental intitulada “Programa Todos pela Vida”

(TPV), ainda em fase de planejamento, mas que dá indicativos de uma atuação voltada para: a prevenção e o enfrentamento da violência letal intencional, redução das vulnerabilidades sociais relacionadas a violência e melhoria da qualidade de vida da população em situação de vulnerabilidade e risco social.

O novo programa será coordenado e articulado pela Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS), mas envolverá a grande maioria das secretarias e instituições da esfera estadual, além de prever a articulação de um trabalho em rede com a Prefeitura Municipal, Poder Legislativo, Poder Judiciário, Ministério Público, iniciativa privada e Sociedade Civil Organizada. Para realizar o planejamento, implantação e monitoramento e avaliação da política, foi criada no âmbito da SEAS um núcleo específico, responsável diretamente pela pactuação interinstitucional e transversal, conforme exige a complexidade de atuação do programa. A fim de subsidiar a elaboração de programas, projetos e ações que atingissem cirurgicamente as possíveis causas da violência intencional, foi realizado o diagnóstico situacional do Amazonas e do bairro Jorge Teixeira. A seguir, refletiremos quais os aspectos das vulnerabilidades sociais encontradas podem vir a contribuir com a incidência das mortes violentas que acometem cada vez mais jovens, tornando-os mais suscetíveis a transformarem-se nos agentes causadores das mortes violentas, como também as principais vítimas dela.

Faz-se imprescindível destacar a abordagem da violência como um fenômeno complexo, multifacetado, e que igualmente requer estratégias complexas (e transversais) para o seu enfrentamento. A escolha da área de assistência social para gerir o programa, contrariando a obviedade da segurança pública é a tônica para uma discussão muito mais ampla das prováveis origens, e não somente as consequências desse fenômeno. Esse pode vir a ser um fator para o sucesso quando esse programa estiver funcionando, mas, a sua concepção por si só já traz um quê de entusiasmo quanto às possibilidades de melhorias que suas ações podem significar. Além disso, as SEAS costumam apresentar um vasto *know-how* na realização de um trabalho em rede de proteção e no atendimento sociofamiliar.

Não obstante, práticas exitosas consagradas internacionalmente e no Brasil convergem para uma evolução conceitual, e extremamente prático, de segurança pública para o de segurança cidadã. A exemplo disso o Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD) – Brasil lançou em 2013 a Coletânea Convivência e Segurança Cidadã: Guias de Gestão Territorial Participativa, no qual apresentou “um conjunto de metodologias, instrumentos e ferramentas que visam apoiar e fortalecer os municípios no âmbito das políticas de prevenção à violência”, em que apresentou-se detalhadamente as

experiência desenvolvidas entre os anos de 2010 e 2013, nas três cidades brasileiras de Contagem (MG), Lauro de Freitas (BA) e Vitória (ES). O encarte dessa publicação é composto por sete volumes, mas, aqui destacamos especificamente o Diagnóstico integral e participativo, em que se é atribuído a valoração devida à participação comunitária em uma construção transformadora. Prática essa que se repetiu no Amazonas quando a SEAS desenvolveu um diagnóstico que reuniu informações de diversos bancos de dados oficiais e realizou o entrecruzamento deles, estimulando os órgãos e instituições produtoras de informações a deixarem de ser ilhas. Ainda que represente um avanço para a gestão pública estadual, aqui destacamos o protagonismo dos futuros beneficiários diretos do programa: os próprios moradores do bairro Jorge Teixeira, localidade escolhida para o piloto do TPV, que em diversas ocasiões foram representados pelas suas lideranças formais e não-formais, bem como por comunitários que realizam atividades em benefício de seus pares e da sua própria juventude, que também pôde compartilhar das suas percepções acerca desse tema que tanto tem afetado as suas vidas cotidianas: a violência.

4.2.1 Caracterização do bairro Jorge Teixeira

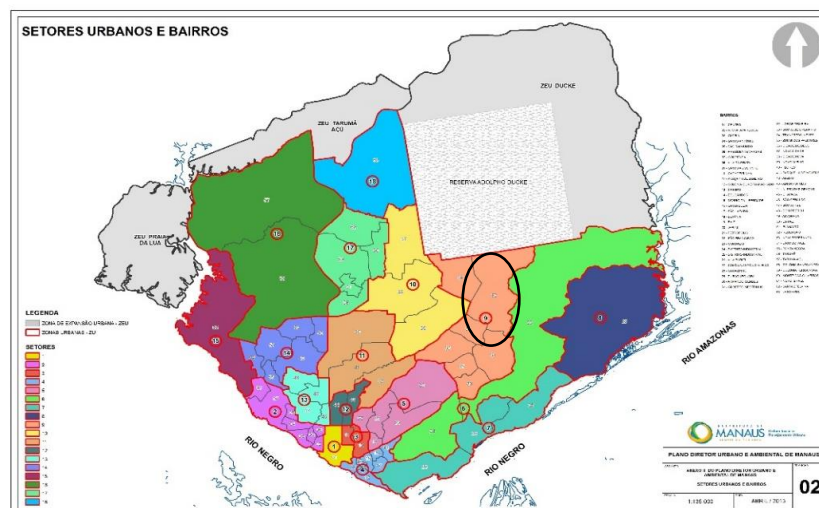
Limeira-Silva e Noda (2010) destacam que “os grupos humanos que compõem essa região são, sobretudo, migrantes do interior do estado do Amazonas, de outros bairros de Manaus ou de demais estados brasileiros” atraídas pela possibilidade de empregos e motivadas pela oferta dos serviços públicos. Embora sejam legítimas essas expectativas, dificilmente o anseio por condições melhores de vida tem-se concretizado. Destaca-se nesse período a ocupação solitária de poucas unidades familiares e o cultivo de produtos agrícolas para a subsistência:

Em cenário de mata fechada, ao final da década de 1970, com a abertura de apenas alguns caminhos circunvizinhos ao ramal de madeireiro, o qual partia da estrada do Aleixo (principal via de acesso ao setor leste de expansão da cidade de Manaus) até a comunidade do Puraquequara, no rio Amazonas, figurava a área correspondente ao bairro Jorge Teixeira, com a permanência de não mais do que seis famílias e agentes externos, vindos da comunidade do Puraquequara e do recém-criado bairro do Coroadó. Aqueles desenvolviam a agricultura de roça (mandioca, banana, fruteiras), e o extrativismo animal e vegetal (caça, pesca, lenha, buriti, açaí, etc.). (LIMEIRA-SILVA e NODA, 2010, p. 4).

O surgimento do bairro Jorge Teixeira ocorreu há mais de vinte e cinco anos. O Bairro foi criado oficialmente sob a administração do então prefeito de Manaus, Arthur

Virgílio Neto, em 14 de março de 1989, com solenidade e a presença de autoridades municipais, lideranças comunitárias e religiosas. Localizado na zona leste da cidade de Manaus e tem limite com os bairros: Cidade de Deus, Distrito Industrial II, Gilberto Mestrinho e Tancredo Neves. Sua área geográfica é de 15,5 km² e no território são identificadas 17 regiões divididas em oito loteamentos, quatro conjuntos, quatro comunidades e um território de invasão. O Instituto Municipal de Planejamento Urbano (IMPLURB) considera ainda parte integrante desse bairro o conjunto Cidade de Deus 1ª e 2ª etapas, bem como o conjunto Nova Floresta, ainda que alguns moradores da localidade não o reconheçam ao indicar a sua residência.

Mapa 01 – Anexo II do Plano Diretor Urbano e Ambiental de Manaus – destaque: bairro Jorge Teixeira:



Fonte: IMPLURB/ Prefeitura de Manaus.

O estudo histórico realizado pela SEAS indica que a fixação dos moradores nesta nova região da cidade se deu por meio de ocupações irregulares (invasões) e distribuição de lotes, o que resulta numa infraestrutura deficitária, que vai se agravando ao longo do período de expansão do bairro, ao ponto de praticamente impossibilitar ações de melhorias por parte do governo estadual e municipal.

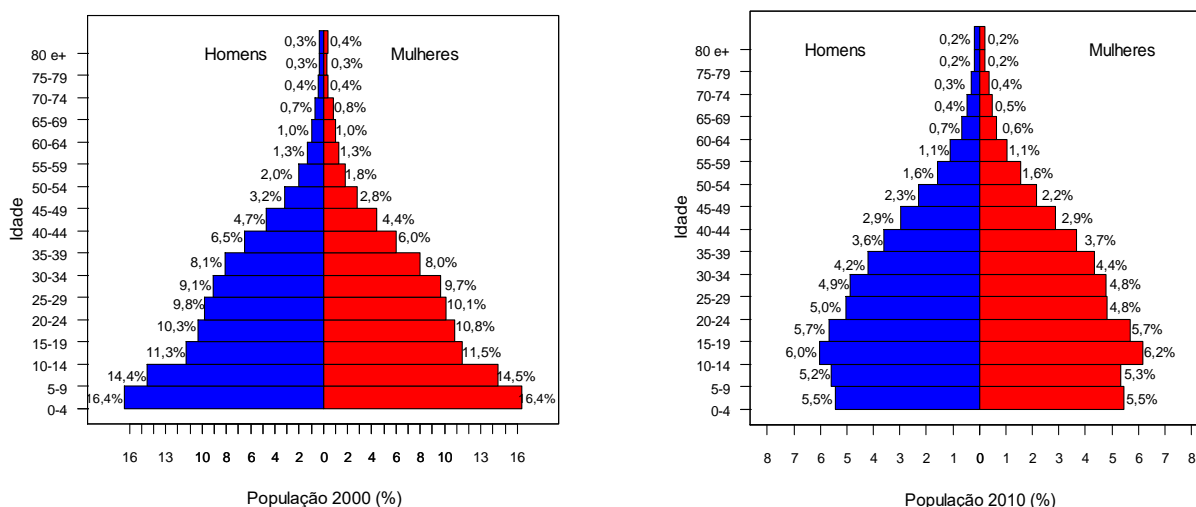
Dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010) apontam que o bairro Jorge Teixeira apresentou uma população residente de 112.879 habitantes, sendo o segundo mais populoso. Considerando o fator de crescimento populacional de 3,68, a projeção para o ano de 2015 é de 135.246 habitantes, o que o coloca na categoria de destaque entre os maiores bairros da capital amazonense. A seguir, a ilustração em tabela:

Tabela 2 – Projeção da população dos maiores bairros de Manaus:

Bairros	População/2010	População/2015
Cidade Nova	121.135	95.846
Jorge Teixeira	112.879	135.246
Novo Aleixo	96.611	128.760
Compensa	75.832	75.986
Cidade de Deus	70.142	93.483
São José Operário	66.169	58.557
Alvorada	64.621	63.704
Nova Cidade	59.576	79.401
Gilberto Mestrinho	55.347	64.979
Japiim	53.370	53.874

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010).
Elaboração: os autores.

Ainda considerando o último ano censitário, constata-se que a população do Jorge Teixeira apresentou mudanças na proporção dos jovens e dos idosos, implicando no aumento do primeiro, em detrimento da diminuição do segundo. Já a razão de adultos sofreu pouca alteração, embora seja clara a tendência para o decréscimo já que os até então jovens dessa população estão aumentando. Nos anos de 2000 e 2010 os jovens, em sua totalidade, obtiveram um crescimento demográfico na última década, o que deve levar em conta a redução da taxa de fecundidade no outro paralelo, fenômeno popularmente conhecido por “onda jovem”.

Gráfico 5 – Pirâmides etárias da população do bairro Jorge Teixeira em 2000:

Fonte: IBGE (2000) (2010).
Elaboração: SEAS/AM.

Ao comparar os resultados do ano de 2010 com 2000, percebe-se que o Jorge Teixeira apresenta a proporção mais baixa de mulheres que tiveram filhos na adolescência (15-17) e o maior número de filhos, fato que não causa surpresa visto que em 2010, em relação a 2000, apresenta menor taxa de fecundidade.

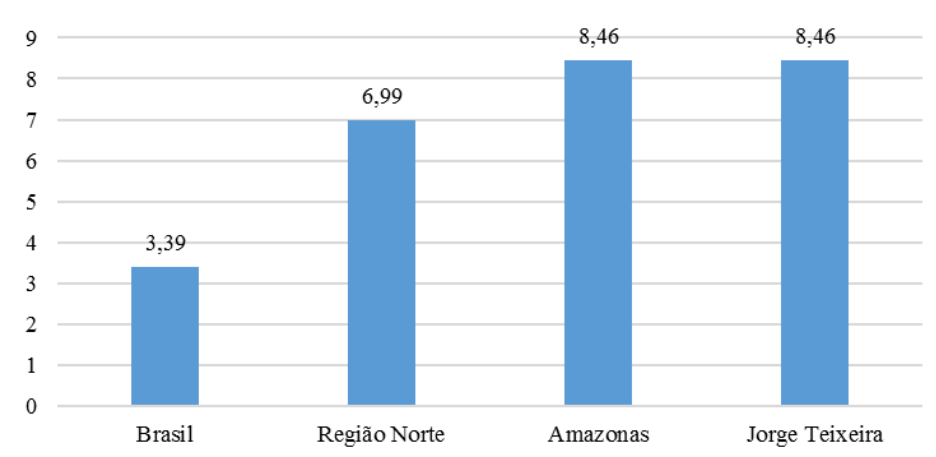
Tabela 2 - Indicadores sociodemográficos do Jorge Teixeira:

Indicador	2000	2010
Fração de jovens	21	30,8
População feminina (15-17)	7.636	11.296
Mulheres que tiveram filhos (15-17)	674	694
Mulheres que tiveram filho (15-17) (%)	8,82	6,14
Taxa de fecundidade	3,34	2,70

Fonte: IBGE (2010).
Elaboração: SEAS/AM.

Dados do IBGE 2010 demonstram que, em se tratando do percentual de óbitos de pessoas com menos de 01 (um) ano de vida, que haviam residido com moradores dos domicílios particulares, ocorridos de agosto de 2009 a julho de 2010, é possível constatar uma linha crescente, quando comparados os índices do Brasil: 3,39, com a Região Norte: 6,99 em se tratando do estado do Amazonas e o bairro Jorge Teixeira, aqui empatados com 8,46 cada um. Um estudo aprofundado, por exemplo, na área de saúde poderia verificar dentre as possíveis causas: o alcance das ações de acompanhamento do pré-natal de mulheres grávidas, a cobertura das vacinações, as condições sociofamiliares no atendimento das demandas iniciais de vida dos recém-nascidos, entre outros, até então não consideradas neste artigo.

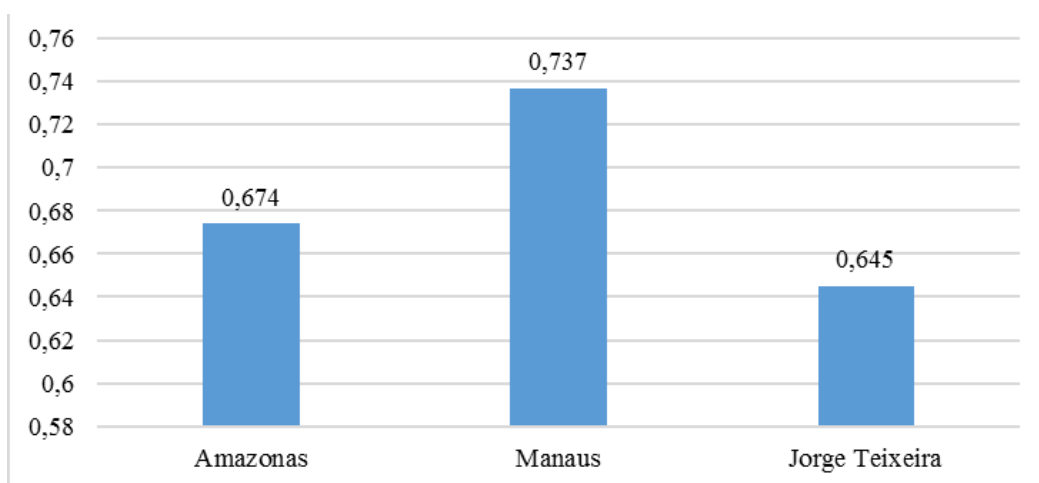
Gráfico 6 – Percentual de óbito de pessoas < 1 ano – 2010:



Fonte: IBGE (2010).
Elaboração: os autores.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) consiste na média geométrica dos índices das dimensões Renda, Educação e Longevidade, com pesos iguais. A média obtida é ordenada por “faixas do desenvolvimento humano”, no qual a referência 0,000-0,499 é Muito Baixo; 0,600-0,699 é Médio e 0,800-1,000 é Muito Alto. Notadamente, quanto mais próximo de zero menor é índice de desenvolvimento e quanto mais próximo de um, melhor é o índice de desenvolvimento humano. Nesse sentido, denota-se que o ranqueamento do IDHM obedeceria a sequência crescente do bairro Jorge Teixeira (0,645), seguido pelo estado do Amazonas (0,674) e finalmente a cidade de Manaus (0,737). Uma das prováveis causas para o resultado de Manaus se justificaria pelo fato de a capital concentrar maiores recursos, considerando principalmente a arrecadação resultante dos incentivos ao Polo Industrial de Manaus (PIM).

Gráfico 7 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM (2010):



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010).
Elaboração: os autores

Em se tratando da Educação, umas das dimensões que compõem o IDHM, o bairro Jorge Teixeira é atendido por 47 escolas, sendo 41 delas pertencentes à rede municipal de ensino e as 06 unidades restantes da rede estadual.

Os locais de convivência familiar e comunitária existentes no Jorge Teixeira guardam uma característica forte de precariedade, especialmente pela própria falta de manutenção e cuidados, do próprio poder público, como também da comunidade que em determinados aspectos não demonstra com tanta veemência o sentimento de pertencimento e

preocupação com o bem-comum. Como resultado, esses espaços que deveriam ser ocupados em uma convivência saudável são usualmente depredados e abandonados, acarretando a ocupação de agentes interessados em cometer práticas delituosas. Abaixo, algumas imagens obtidas nas mídias sociais oficiais das associações comunitárias:

Figura 4 - Imagens de espaços públicos do Jorge Teixeira:



Praça de Alimentação do Anfiteatro



Escola Municipal Rosa Sverner



Anfiteatro



Praça de Alimentação do Anfiteatro



Culto em quadra poliesportiva pública

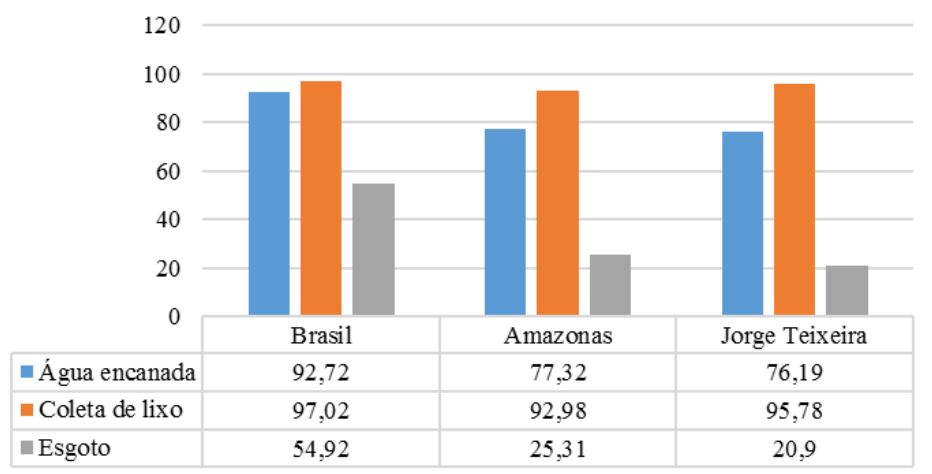


Moradia em madeira, frequente no bairro

Fonte: Lideranças comunitárias (2015 e 2016).
Elaboração: os autores.

Quanto aos serviços das concessionárias, o acesso à água encanada tem o menor resultado no Jorge Teixeira (76,19), além de possuir menor taxa de coleta de esgoto de (20,9), ficando à frente do Amazonas (92,98). Tais resultados chamam novamente a atenção para a precariedade de atendimento de serviços essenciais à promoção da qualidade de vida dos habitantes do bairro, que manifestam em suas falas a insatisfação com o tratamento de abandono ofertado pelas concessionárias responsáveis, como também pela falta de fiscalização mais efetiva por parte do governo local, que igualmente possui responsabilidades na falta do atendimento (quando é o caso), ou na sua oferta abaixo da cobertura ou qualidade esperadas pela população. Situação que, infelizmente, muito recorrente nas áreas mais distantes do centro da capital, sem dúvida alguma mais privilegiada em muitos aspectos.

Gráfico 8 – Domicílios atendidos pelos serviços de água, coleta de lixo e esgoto:



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010).
Elaboração: os autores

4.2.2 Vulnerabilidades sociais que podem favorecer a violência intencional

Desde o início de 2015 o Ministério da Justiça e Cidadania (MJC) começou as discussões acerca dos altos índices de mortes no país. A partir de então, envolveu a sua Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e com a colaboração de especialistas acadêmicos e outras instituições do Governo Federal, a exemplo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) que tem lançado notas técnicas, tem construído um planejamento o qual atribuiu o nome “Pacto Nacional pela Redução de Homicídios” (PNRH).

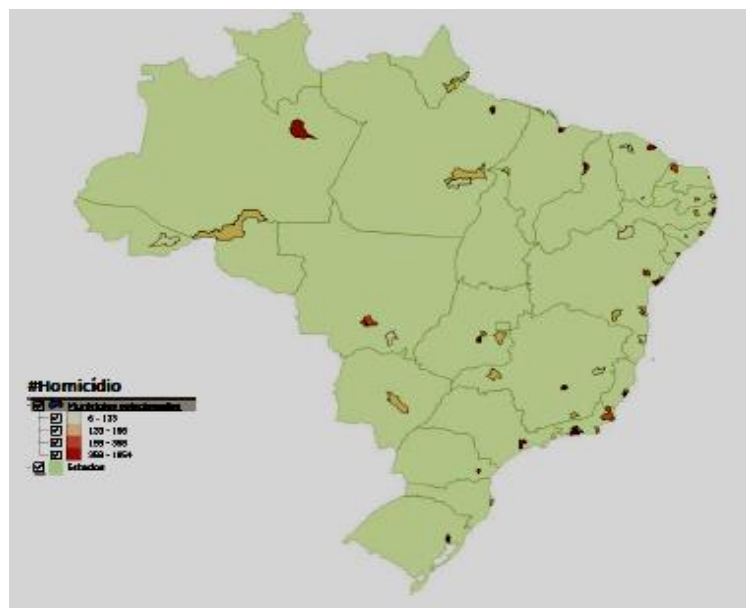
Além da própria versão preliminar do Diagnóstico dos Homicídios no Brasil (2015), também foram divulgados os Indicadores Multidimensionais de Educação e Homicídios nos Territórios Focalizados pelo Pacto Nacional pela Redução de Homicídios (2016) o qual traz uma valiosa análise da correlação entre os indicadores multidimensionais de educação e a taxa de homicídio nos municípios brasileiros, como também o efeito da educação sobre crimes, evidenciando a necessidade de discutir esse tema “para além” da própria segurança pública e/ou do poder judiciário.

Empreendendo enfim a transversalidade de estudos e reflexões que um fenômeno tão complexo exige, a ideia também se fortalece no intuito de otimizar os esforços e recursos (financeiros e não), nas localidades mais vulneráveis a violência:

Com tal diagnóstico, se possibilita a concentração de escopo e as energias dos atores do Estado e da sociedade civil no objetivo de tentar mudar a realidade dessas crianças e jovens exatamente nos lugares e comunidades onde essa necessidade é mais urgente. Além disso, indicamos quais as dimensões necessitam de mais atenção, ao mesmo tempo em que oferecemos uma métrica que possibilita o acompanhamento dos resultados. (CERQUEIRA, 2016, p. 7).

A atenção voltada para as crianças e jovens encontra base na Teoria Interacional Thorneberry (1996 apud CERQUEIRA 2016) que evidencia que “o crime segue um ciclo que se inicia na pré-adolescência, aos 12 ou 13 anos, atinge um ápice aos 20 anos e se esgota antes dos 30 anos”, corroborado pela constatação diária de vitimização de pessoas jovens, sobretudo na faixa etária de 15 a 29 anos, os quais tanto agredem, quanto são eles próprios vitimados.

Mapa 02 – Municípios prioritários para o PNRH:



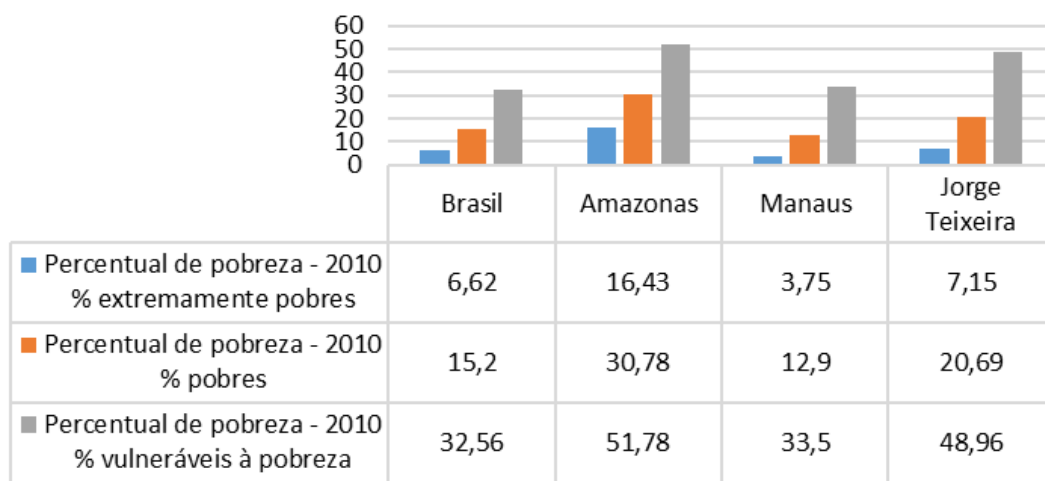
Fonte: Sinesp/Senasp/MJ.
Elaboração: Diest/Ipea.

Seguindo essa lógica, no qual está evidente que a criminalidade violenta e a delinquência requerem a coordenação de ações intersetoriais, é indispensável comprometer as áreas de educação, saúde, habitação, cultura, esportes e mercado de trabalho, entre outras, desde o diagnóstico situacional, até a construção de propostas, sua implementação e monitoramento. A fim de ampliarmos o alcance das reflexões neste trabalho, apresentaremos algumas importantes vulnerabilidades sociais que guardam relação com a incidência de mortes violentas, nesse momento o tema central da construção de duas importantes (e esperadas) políticas governamentais, na esfera do Governo Federal, bem como do estado do Amazonas. Ainda que o PNRH tenha elegido o município de Manaus como área de interesse, por concentrar a grande maioria dos homicídios de todo o estado, os dados estatísticos a serem analisados denotam o bairro Jorge Teixeira, escolhido para o piloto da implantação futura do programa TPV.

Desde os primórdios da existência humana na Terra, que o trabalho exercido pelo Homem ocupa um lugar importante para o seu convívio social. Muito além da subsistência dos seus pares, o ser humano exerce uma atividade laboral para atestar a sua “utilidade” na sociedade em que vive. Para isso, boa parte dos anos de estudos que acumulará já guarda a carga de responsabilidade do exercício de uma profissão. Isso, é claro, pensando em um indivíduo que tenha uma trajetória linear, sem percalços como por exemplo a dura escolha entre prosseguir a sua escolaridade ou ingressar no mercado de trabalho precocemente, por

uma necessidade objetiva de sobrevivência. Trabalho, renda qualificação, são alguns dos aspectos diretamente relacionados a esse assunto, o qual apresentamos o cenário:

Gráfico 9 – Percentual de pobreza – 2010:

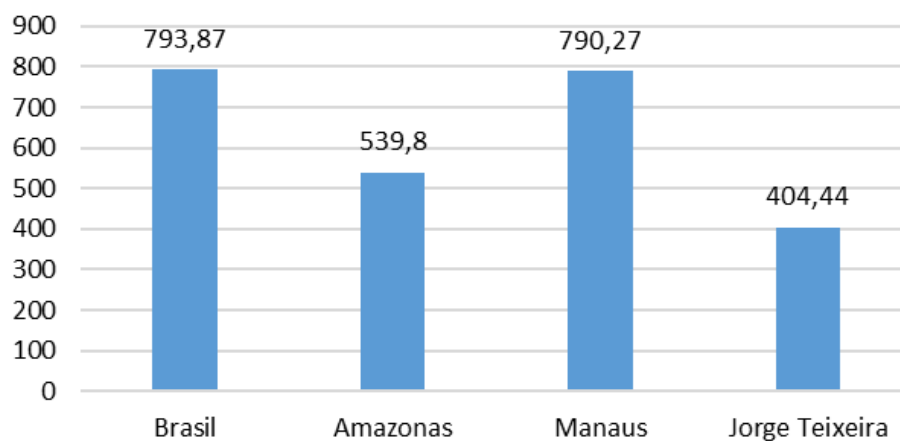


Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010).
Elaboração: os autores

Observa-se que o bairro Jorge Teixeira possui um elevado percentual de vulneráveis à pobreza (48,96), além do 2º maior percentual de pobres e extremamente pobres (20,69 e 7,15, respectivamente). Considerando esses aspectos, não é uma surpresa que seus habitantes possuam grande necessidade de exercer uma atividade que possa lhe prover os meios da própria sobrevivência.

Como são fatores que se inter-relacionam, a renda per capita é a mais baixa, se comparada as apresentadas no país, no Amazonas e na capital amazonense.

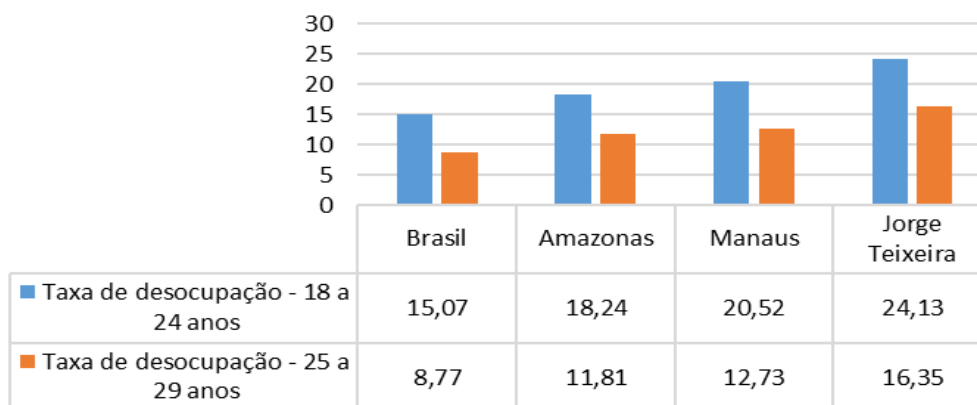
Gráfico 10 – Renda per capita – 2010:



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010).
Elaboração: os autores

Agravando ainda mais a situação de vulnerabilidade e risco social das pessoas residentes na localidade, o Jorge Teixeira também possui as maiores taxas referentes a desocupação de pessoas entre 18 a 24 anos (24,13), como também dos desocupados na faixa etária de 25 a 29 anos (16,35). Não por coincidência essa é a referência de idade dos autores de homicídios no Brasil, como também das próprias vítimas. Muitos de nossos jovens estão perdendo suas vidas precocemente.

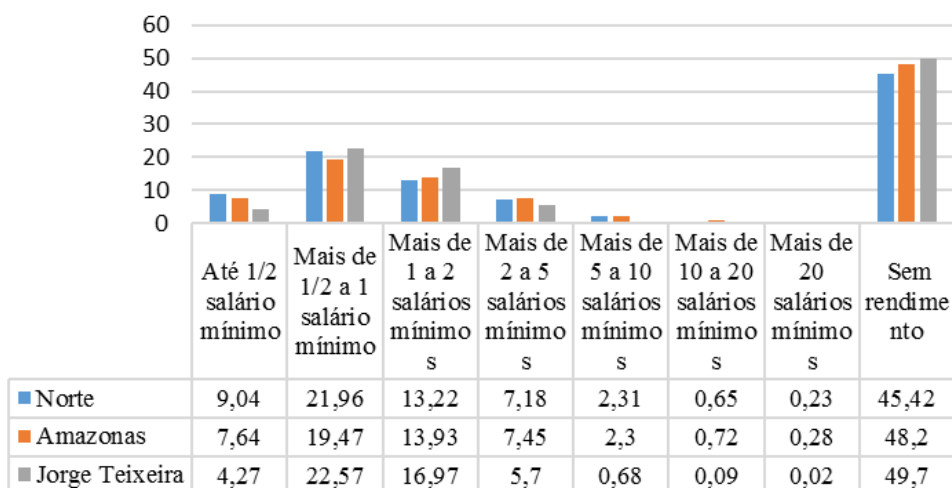
Gráfico 11 – Taxa de desocupação – 2010:



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010).
Elaboração: os autores

Dados do último Censo Demográfico do IBGE (2010), referentes ao rendimento nominal mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade trazem a maior taxa de pessoas sem rendimento algum (49,7), seguida pela taxa daquelas que recebem entre meio salário mínimo a 1 salário mínimo (22,57).

Gráfico 12 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal:



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010).
Elaboração: os autores

Boa parte da ocupação do bairro ocorreu de maneira irregular, as populares “invasões” que ocorrem até a atualidade na cidade de Manaus. Essa ausência de planejamento urbano resultou na pouca disponibilidade de áreas para a implantação de melhorias, como por exemplo a criação de novos espaços para a realização de atividades de esporte e lazer, como também culturais. É importante destacar que oportunizar isso às pessoas, além de assegurar seus direitos garantidos, é uma importante estratégia para resgatar vínculos fragilizados, além de fortalecer os vínculos familiares e comunitários. Atividades culturais, por exemplo, não existem somente para “entreter” o espectador, mas, principalmente para contribuir com sua formação humana, o que naturalmente poderá refletir na maneira como esse sujeito interage em seu meio social e as relações diversas que o compõem.

Outra ênfase necessária, refere-se ao comprometimento de alguns membros da própria comunidade, que realizam projetos sociais locais, muitas vezes sem contar com aporte financeiro algum, mas ainda assim realizando ações que significam um verdadeiro refrigério ao sofrimento e/ou dificuldades do próximo. A população age na lacuna deixada pelo poder público, mas esse segundo necessita retomar o seu lugar de ente responsável, e potencializar tais ações, por meio de parcerias que podem significar ganhos aos moradores e ao próprio executivo. A seguir algumas imagens que refletem tais necessidades:

Figura 5 - Imagens do cotidiano no bairro Jorge Teixeira:



Campo de futebol de areia comunitário



Atividade de Zumba



Prática de jiu-jitsu



Jogo de capoeira



Degradação ambiental



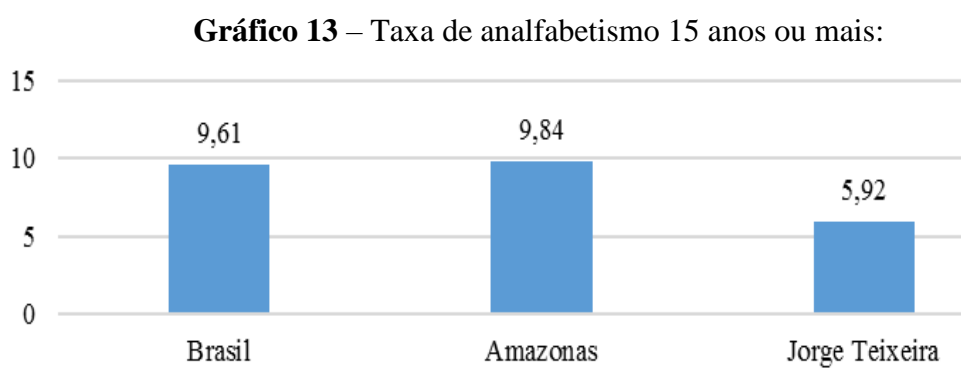
Ruas de acesso precárias

Fonte: Lideranças comunitárias (2015 e 2016).
Elaboração: os autores.

Dados da Prova Brasil (2013 apud ANUÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2015), 16,3% dos diretores de escolas públicas identificaram a presença de armas brancas entre alunos, no Distrito Federal e no Amapá, esse fato foi apontado por 1 entre cada 3 diretores. Isso torna claro que a violência que circunvizinha as escolas está conseguindo adentrar seus espaços e inibir a frequência de alunos (que já possuem outros tantos desafios para continuar estudando), como também afugentam os servidores lotados nos estabelecimentos escolares inseridos nas chamadas “zonas vermelhas”. No ano seguinte (2014), uma pesquisa realizada pelo Instituto Data Popular apontou que dentre os entrevistados, 73% identificou ainda a existência de um grau elevado de violência nas escolas: “um em cada quatro brasileiros apontou a falta de segurança e a violência nas escolas como o principal problema da educação pública no Brasil” Pröglhöf (2015 apud FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2015).

Existem ainda graves depoimentos acerca da circulação de armas brancas e até mesmo de fogo nas escolas, outros relatos marcam a incidência de agressões contra professores e outros funcionários das escolas. Por isso, é indispensável que as polícias realizem um trabalho de patrulhamento ostensivo, rondas escolares e também a realização de palestras nas escolas, a exemplo do elogiado Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD).

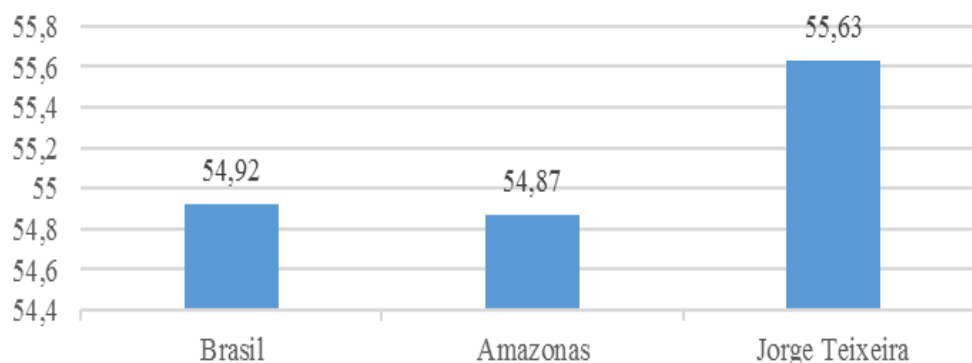
Quanto aos níveis de escolaridade, apresentamos os seguintes dados:



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e IBGE, ambos (2010).
Elaboração: os autores

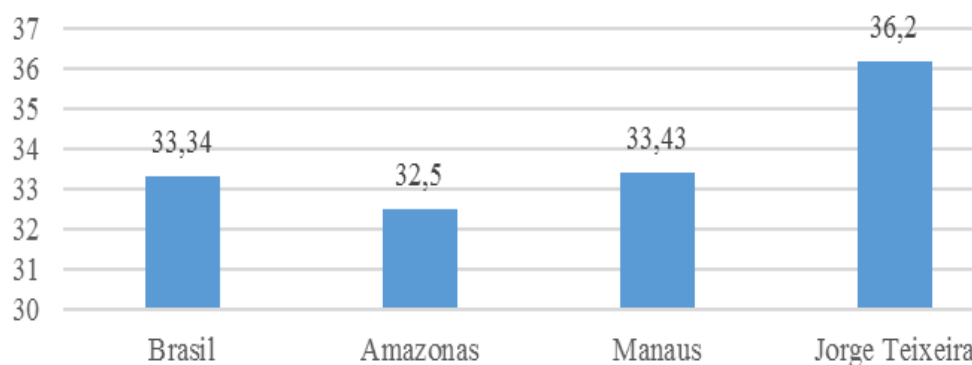
Cerqueira e Moura (2014, 2015 apud CERQUEIRA 2015) investigaram o efeito causal das oportunidades no mercado de trabalho e educacionais sobre a taxa de homicídios nos municípios brasileiros. Para isso, utilizaram um modelo com variáveis instrumentais a fim de obter estimativas consistentes dos efeitos causais.

Segundo eles, “a maior oportunidade tanto educacional quanto no mercado de trabalho é um elemento crucial para mitigar a taxa de homicídio nos municípios brasileiros”, e ainda: **para cada 1% a mais de jovens entre 15 e 17 anos nas escolas, há uma diminuição de 2% na taxa de homicídio do município** (grifo nosso).

Gráfico 14 – % de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo:

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e IBGE, ambos (2010).
Elaboração: os autores

Os mesmos autores fizeram ainda uma estimativa contrafactual para um cenário em que todos os indivíduos com 15 anos de idade ou mais tivessem pelo menos ingressado no primeiro ano do ensino médio. “O resultado do exercício econométrico aponta que o número de vidas poupadas seria de 22.442, o que representaria uma queda de 42,3% no número de homicídios no país”, Cerqueira (2015).

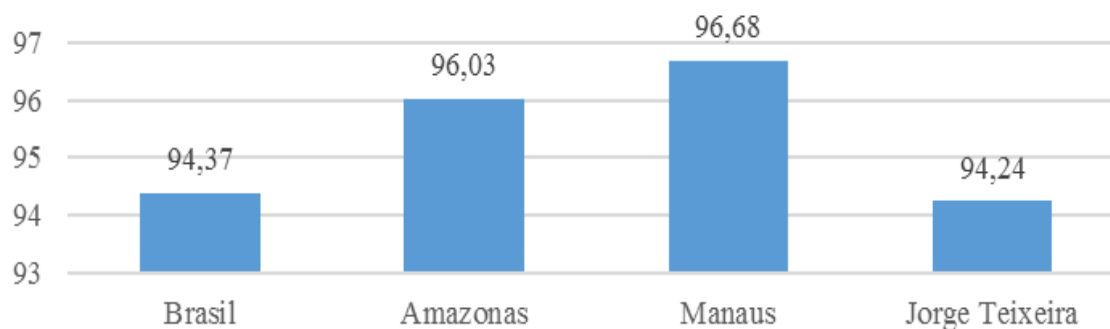
Gráfico 15 – Percentual de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população vulnerável dessa faixa:

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e IBGE, ambos (2010).
Elaboração: os autores

Obviamente, isso não significa que bastaria apenas aumentar a oferta de vagas escolares para o ensino médio para atingir a redução de 42,3% dos homicídios no Brasil. Não! Esse problema é muito complexo para ser resolvida com uma isolada ação. Até porque uma quantidade de jovens ainda assim não frequentará a escola, seja por considerá-la desinteressante, ou até mesmo por estar vivendo uma trajetória em que a escola já não cabe mais nela. Frisamos a necessidade de ações interdisciplinares e transversais para que se

atribua aos estudos o significado que os jovens almejam. É inaceitável que 36,2% de jovens não estudem nem trabalhem, mantendo-se o *status quo* dos riscos sociais.

Gráfico 16 – Probabilidade de sobrevivência até 40 anos:



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e IBGE, ambos (2010).
Elaboração: os autores

Por fim, e não menos importante, destacamos os homicídios de mulheres como merecedora de grande atenção, cuidados e proteção.

O histórico apresentado no Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil relembra que há nove anos (agosto, 2006), era sancionada a Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, visando incrementar e destacar o rigor das punições para esse tipo de crime.

Em março de 2015 foi sancionada a Lei 13.104/2015, a Lei do Femicídio, classificando-o como crime hediondo e com agravantes quando acontece em situações específicas de vulnerabilidade (gravidez, menor de idade, na presença de filhos, etc.).

A existência desses dispositivos legais por si só não tem garantido a proteção de mulheres, o que traz à tona a necessidade de implementação de ações educativas à sociedade, a fim de quebrar uma cultura de tolerância à violência que solidificou nas pessoas.

Tabela 3 - Número de homicídio de mulheres – Brasil e AM, 2010 a 2014:

Unidade da Federação	2010	2011	2012	2013	2014
Brasil	4.465	4.512	4.719	4.762	4.757
Amazonas	65	81	118	96	79

Fonte: Mapa da Violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil

Tabela 4 - Homicídios ocorridos na cidade de Manaus em nos anos de 2012 a 2015:

ANO	QUANTITATIVO
2012	75
2013	56
2014	47
2015	75

Fonte: SSP – Secretaria de Segurança Pública (2016)

Tabela 5 - Homicídios de mulheres ocorridos - bairro Jorge Teixeira / 2012 a 2015:

ANO	QUANTITATIVO
2012	8
2013	0
2014	2
2015	3

Fonte: SSP – Secretaria de Segurança Pública (2016)

As vulnerabilidades sociais aqui apresentadas na dissertação não podem ser compreendidas numa perspectiva de causa da violência, mas, notadamente guarda um estreita relação com ela, uma vez que nem todas as localidades com baixo índice de desenvolvimento humano apresentam alto nível de violência, entretanto, todas as áreas que apresentaram elevados registros, por exemplo, de mortes violentas, apresentaram vulnerabilidades sociais referentes à educação, emprego/renda, infraestrutura deficitária, ausência de políticas públicas voltadas para a juventude e de resgate/fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Combater a criminalidade é, sem sombra de dúvida, uma tarefa complexa e extremamente desafiadora, porque vai muito mais além de pôr mais policiais nas ruas, aumentar as penas, extrapolar a capacidade de encarceramento, requer um conjunto de medidas integradas e transversais que significam a própria transformação da administração pública, voltada principalmente para o uso racional dos recursos existentes (evitando-se desperdícios) e um foco na menor unidade geográfica da cidade: o bairro.

Além disso, conflitos de interesses nas diversas esferas do poder público podem ainda atrasar o avanço de uma segurança pública, para o conceito de segurança cidadã, no qual existe inclusive atribuições desempenhadas pelos governos municipais para prevenir o crescimento da criminalidade.

As polícias estaduais no AM, em alguns projetos, acabam se “desviando” do foco da realização de sua atividade fim, para realizar ações relacionadas a outras áreas, tais como:

esporte, saúde, educação...enquanto poderia articular-se que os órgãos responsáveis por sua promoção e melhor utilizar os seus recursos humanos e materiais, em certos aspectos, limitados.

Dentre as vulnerabilidades sociais que podem favorecer a violência intencional, destacamos àquelas relacionadas ao viés de poucas perspectivas de vida, sobretudo relacionada a tríade: educação/qualificação, trabalho e renda, especialmente da população jovem).

5 CONCLUSÃO

A segurança pública tem sido assunto recorrente em diversas esferas da sociedade brasileira e mundial. Correspondendo a um aspecto da vida humana, sempre que abordada atrai a atenção facilmente das pessoas que parecem verdadeiramente clamar do Poder Público a adoção de medidas que garantam efetivamente a proteção das pessoas, e de seus patrimônios.

Buscando alcançar resultados positivos na segurança, diversos projetos têm sido implementados, com foco na participação cidadã na garantia do bem-comum, as instituições policiais recorrentemente imprimem ações de proximidade com a população e ocupação dos territórios, sobretudo, com o rótulo de polícia comunitária.

No Amazonas, o Estado buscou avaliar práticas consideradas exitosas em outras localidades (Estados, inclusive países), e, realizando algumas adaptações, lançou seu próprio programa de policiamento. Em dois anos de existência, a nova metodologia de trabalho já havia alcançado toda a capital e alguns dos principais municípios do interior.

Os resultados iniciais confirmaram a necessidade de buscar maior articulação entre as ações desenvolvidas pelas policiais civil e militar, o que resultou na elaboração de novos (e audaciosos) projetos.

Destacam-se a formação continuada – que abrange os cursos de capacitação ofertados após o ingresso nas corporações (chamadas formação inicial e/ou academia de polícia); a elaboração dos procedimentos operacionais padrão integrados, consistindo no primeiro manual que se tem notícia no Brasil a reunir em um único documento os procedimentos comuns às policiais estaduais, bem como os específicos de cada uma delas (a própria separação na organização do trabalho reflete em parte o distanciamento na atuação das forças); e o sistema de avaliação de desempenho, que permite o conhecimento dos resultados obtidos em um limite mais pontual: DIP, AISC, cidade, etc.

Todas as ações aqui mencionadas são recentes, no qual estão sendo colhidos os resultados iniciais, mas não são os resultados, propriamente ditos, a chamarem a atenção para a discussão nesse trabalho, mas, as iniciativas em si, a percepção de maior organização dos trabalhos ora apresentados como verdadeiros desafios para a Segurança Pública. Reunir em uma mesma sala de aula, sala de reuniões e localização predial, duas instituições tão distintas, que em alguns momentos históricos chegaram até mesmo a estabelecer confrontos diretos, consiste em uma das belezas de cada ação em desenvolvimento: o reconhecimento da necessidade do outro, a capacidade de cooperação mútua, a economia e melhor

aproveitamento dos recursos (humanos e materiais) trazem à tona a necessidade do verdadeiro gerenciamento da segurança.

O trilhar desse caminho tem repercutido no enfrentamento de fortes obstáculos, como por exemplo, o despir-se de vaidades, o abandono da postura de disputa, e algumas vezes, a falta de apoio da própria gestão estatal.

A trajetória tem sido tortuosa em alguns aspectos, mas, ainda assim melhor do que viver incidindo em velhos erros, ou nas formas arcaicas de atuação da segurança, que quase nada mais estava fazendo pela sociedade amazonense, como aos operadores de segurança, igualmente cidadãos e braço armado legítimo do Estado, personificando em si próprio esse paradoxo social. Será de grande relevância científica acompanhar o desenrolar dessas iniciativas, seus resultados e o desdobramento em novas ações.

O trabalho policial é complexo e vai muito além de efetuar prisões, realizar patrulhamento ou registrar boletins de ocorrência. Não que essas atividades relacionadas agora não tenham relevância, mas são procedimentos cumpridos e não a essência da atividade policial. Ela é muito mais! Semelhante ao proferido em relação aos professores, ser policial é receber a missão de cuidar do outro, que certamente está em condição mais vulnerável ou até mesmo já vitimado.

A polícia não foi feita para correr atrás de “bandidos”, seus esforços devem dedicar-se prioritariamente na proteção dos cidadãos, como também desenvolver um trabalho educativo para a sociedade, no qual convencerá não apenas por discursos, mas, sobretudo por ações, inatacáveis moralmente. Se por um lado são escassas as oportunidades de formação em serviço, ou aquelas existentes não instrumentalizam os operadores de segurança pública de bases teóricas, práticas e reflexivas quanto a nobreza da função pedagógica de sua atuação junto a sociedade. Do outro lado, ainda existem barreiras (sólidas) quanto à valorização da qualificação policial, quando gestores que deveriam reconhecer que o seu subordinado melhor preparado para o cumprimento das tarefas acarretará no reconhecimento dos órgãos superiores e antes deles da própria população atendida, mas que contraditoriamente percebem a liberação do policial para a capacitação como um desperdício de recursos ou tentativa de fuga do trabalho.

O Sistema de Segurança Pública do Amazonas é ciente da necessidade do algo a mais, *plus* do trabalho das polícias estaduais, tanto que as corporações desenharam no rol de suas atividades projetos de cunho preventivo o qual é indissociável do próprio processo educativo, o que urge a continuidade do projeto de formação continuada que parece estar esquecido pela gestão do sistema.

Igualmente, é necessário também rever a relação estabelecida com as unidades escolares, na modalidade ronda escolar, integrante da filosofia de polícia comunitária, que norteia a política de segurança no estado. Não é mais aceitável que um policiamento que foi presente junto à comunidade esteja reduzido ao raro (e pouco efetivo) policiamento no entorno escolar, a constatada ausência de atividades para o público escolar e comunitário, gerando uma condição favorável ao assédio de criminosos aos alunos e sua perigosa atuação próxima da escola (ou ainda dentro dela).

Não se confunda a atuação junto às escolas com a “militarização” dessas. A incapacidade de lidar com questões disciplinares do seu alunado faz com que a própria escola deseje que a polícia ocupe as escolas, resgatando a obediência e submissão discente as suas regras. Não surpreendentemente as escolas públicas que passaram a ser geridas pela Polícia Militar passaram a ser disputadas de maneira ferrenha na capital amazonense. E isso trouxe à baila questionamentos como: qual a verdadeira necessidade de uma referência fardada na escola (monitores disciplinares) para que se firme a autoridade dos educadores? Organizá-los em filas, obrigá-los a usar fardas semelhantes ordenando-os em patentes (que segundo relatos de professores repercutem em humilhações), fazê-los marchar, proibi-los de utilizar os banheiros, bebedouros ou corredores em determinados momentos da rotina diária são realmente fatores determinantes para a aprendizagem e desenvolvimento social? Aqui tratamos de um trabalho pedagógico verdadeiramente planejado, lógico, consubstanciado por uma formação verdadeira de educadores policiais, pedagogos sociais, efetivamente capacitados para desenvolverem as atividades educacionais, não apenas no ambiente escolar, como em todo e qualquer ambiente em que esteja inserido e que se faça necessária sua intervenção.

As ações comunitárias não podem ser isoladas ou realizadas sob a ótica de favor ou bondade, os valiosos programas e projetos existentes devem ser entendidos como missão institucional, causas das próprias corporações e estruturados por elas, o policial que realiza a educação social não pode ser visto como um preguiçoso ou aquele que não se identifica com o trabalho policial, pois o viés educativo de sua atuação é o próprio trabalho policial.

Balestreri (1998) indica que “resgatar, pois, o pedagogo que há em cada policial, é permitir a ressignificação da importância social da polícia, com a conseqüente consciência da nobreza e da dignidade dessa missão”. O ideal é que tais programas e projetos sejam institucionalizados mediante decreto, portaria ou qualquer outro instrumento mais adequado, para que não deixem de existir arbitrariamente com a mudança de um comando ou outro, ou até mesmo de um gestor governamental.

Quanto ao planejamento dos cursos de formadores de instrutores, não se pode perder de vista os conteúdos alinhados pela Matriz Curricular Nacional da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), até para que tenha a legitimidade necessária, mas seria interessante avançar no sentido de trazer para as discussões e apoio do planejamento as Universidades locais, inclusive com a perspectiva de que alunos de cursos que guardam relação com a temática de Segurança Pública possam vir a desenvolver pesquisas, diagnósticos e apontamentos que possam subsidiar as decisões dos gestores, bem como a propositura de novas políticas, embasadas por um trabalho metodológico, científico e imparcial, ultrapassando o velho hábito de ter a segurança fechada num círculo, insensível às questões sociais contemporâneas.

Claro que para isso será necessário superar a desconfiança da sociedade, especialmente quando tenha ocorrido um fato como aquele final de semana sangrento, em que paira o sentimento de impunidade dos autores, sobretudo das mortes em que há indícios da participação de policiais e que medidas cabíveis não são adotadas, criando-se uma cultura de tolerância à violência policial, no qual os gestores do próprio Sistema e dos órgãos de controle interno e externo fecham os olhos e se calam diante de tamanho absurdo. Não é possível educar por palavras, se a mensagem intrínseca nas atitudes demonstra um significado totalmente diferente, de corrupção, injustiça e medo.

O diagnóstico do bairro Jorge Teixeira, notadamente a área de maior concentração de mortes violentas intencionais do Estado do Amazonas é de uma riqueza de dados surpreendente. Lançando mão de diversas fontes de dados oficiais, esse verdadeiro raio X permite observar e refletir a violência intencional para além do aspecto quantitativo. Obviamente os números não deixam sombras de dúvidas a respeito das diversas problemáticas sociais que afetam aos moradores daquele bairro, mas, de uma maneira muito transparente e técnica, permite ao seu leitor a oportunidade de conhecer as características qualitativas da problemática que se pretende enfrentar. O Programa TPV será lançado brevemente no AM, ainda que as Secretarias e Instituições integrantes da rede de proteção social que se pretende instituir, já estejam trabalhando há pelo menos um ano. Embora a população amazonense esteja ávida por vivenciar seu pleno funcionamento, é importante ressaltar que esse programa se tem desenhado a partir de estudos e uma construção pactuada, o que certamente trará bons frutos para a administração pública.

Outro aspecto louvável é que, se as atividades que serão desenvolvidas no programa realmente estiverem alicerçadas no rico diagnóstico elaborado pela SEAS, significará o avanço das proposituras meramente intuitivas, para as verdadeiramente ditas técnicas.

Observar uma localidade tão carente de educação, esporte, lazer, cultura, trabalho, renda entre outros aumenta ainda mais a expectativa social.

O diagnóstico em si não esgota as possibilidades de discussão, mas, inquestionavelmente, é um excelente ponto de partida para o planejamento de uma política governamental sólida, eficiente e sustentável, para então contribuir para interromper o crescimento da violência intencional, progredir para sua redução gradativa, e preservar a vida humana – maior bem ao qual o programa compromete-se em zelar.

Igualmente, numa perspectiva de futuro próximo, tendo em vista a continuidade de estudos e pesquisas, recomendamos o aprofundamento das temáticas abordadas na dissertação, na possibilidade desafiadora no que diz respeito à pesquisa de campo para conhecer as percepções dos usuários da formação continuada – policiais – e, beneficiários do atendimento policial, consistindo na localidade onde atualmente há a maior vitimização letal de jovens).

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. **Parâmetros para investimentos na formação continuada.** Programa Ronda no Bairro. Secretaria de Estado de Segurança Pública, 2013.

_____. Secretaria de Estado de Segurança Pública. **Manual do Gestor e Operador Ronda no Bairro Gestor e Operador Ronda no Bairro;** Amadeu da Silva Soares Junior...[et al.] - Manaus: Governo do Estado do Amazonas, Secretaria de Estado de Segurança Pública, 2011.

_____. Secretaria de Estado de Segurança Pública. **Parâmetros para Investimento na Formação Continuada,** Secretaria Executiva Adjunta do Programa Ronda no Bairro (SEARB), 2012.

_____. Secretaria de Estado de Segurança Pública. **Ronda no Bairro.** Disponível em: <<http://www.ssp.am.gov.br/institucional/ronda-no-bairro>>. Acesso em: 17 julho 2015.

_____. **Diário Oficial do Estado do Amazonas,** nº 32.191, Ano CXVII, de 10 de novembro de 2011, p. 1-3.

_____. **Diário Oficial do Estado do Amazonas,** nº 32.273, Ano CXVII, de 12 de março de 2012, p. 1-2.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996,** que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 6. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011. 43 p. – (Série legislação; n. 64)

_____. **Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública.** Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2014.

BALESTRERI, Ricardo Brisola. **Direitos Humanos: Coisa de Polícia.** Passo Fundo: Passter Editora, 1998.

BRODEUR, Jean-Paul. **Como reconhecer um bom policiamento: problemas e temas.** (Série Polícia e Sociedade. vol. 4). São Paulo: Edusp, 2002.

CARMONA, Paulo Afonso Cavichioli. **Violência x Cidade: o papel do Direito Urbanístico na violência urbana.** 1. ed. – São Paulo: Marcial Pons; Brasília, DF: Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, 2014.

CERQUEIRA, Daniel [et al.]. **Nota Técnica nº 17: Atlas da Violência 2016.** Brasília: IPEA, 2016.

CERQUEIRA, Daniel [et al.]. **Nota Técnica nº 18: Indicadores Multidimensionais de Educação e Homicídios nos Territórios Focalizados pelo Pacto Nacional pela Redução de Homicídios**. Série Pensando Direito. Brasília: IPEA, 2016.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

CHIAVENATO, Idalberto. **Teoria Geral da Administração**. 6. ed. revisada e atualizada. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

CIOPS-MA, Centro Integrado de Operações de Segurança do Estado do Maranhão. **Metodologia para aferição de crimes violentos letais intencionais – CVLI e outras mortes**. 2013. Disponível em <<http://www.ciops.ma.gov.br/site2014/images/metodologia-para-afericao-de-crimes-violentos-letais-intencionais-e-outras-mortes.pdf>>. Acessado em 10 jun 15.

COSTA, Ivone Freire e BALESTRERI, Ricardo Brisola (organizadores). **Segurança pública no Brasil: um campo de desafios**. - Salvador: EDUFBA, 2010. 143 p.

ENGEL, Cíntia Liara [et al.]. **Diagnóstico dos homicídios no Brasil: subsídios para o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2015.

HERMES, Ivenio. **CVLI: A Nomenclatura e Suas Estatísticas Valorizadoras da Vida**. 2014. Disponível em: <<http://j.mp/1u8P4Sj>>. Publicado em: 21 jul. 2014.

JANUÁRIO, Jatniel Rodrigues [et al.]. **Bases conceituais e procedimentais da avaliação de desempenho das áreas integradas de segurança cidadã (AISCs) do Amazonas**. Manaus: Secretaria de Estado de Segurança Pública, 2014.

KOBER, Claudia Mattos. **Qualificação Profissional: Uma tarefa de Sísifo** – São Paulo: Formato, 2004.

MACÊDO, Andréia de Oliveira. **“Polícia, quando quer, faz!” Análise da estrutura de governança do “Pacto pela Vida” de Pernambuco**. Dissertação apresentada no Dissertação apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília/UnB. Brasília, 2012.

MARCINEIRO, Nazareno. **Polícia Comunitária: construindo segurança nas comunidades**. Florianópolis: Insular, 2009. 232 p.

MARQUES, Dorli João Carlos. **Trabalhos Acadêmicos: normas e fundamentos**. 2. ed. Manaus: EDUA & FSDB, 2009. 197p.

MARTINS, Marinete Barroso. **Planejamento de intervenção de educação ambiental com professores, alunos e representações sociais na escola municipal professor Álvaro Valle - bairro Jorge Teixeira III etapa - zona leste, Manaus-Am**. Revista Educação Ambiental em Ação. Número 48, Ano XIII. Junho-Agosto/2014. Disponível em: <http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=181>. Acessado em 22 mai 2015.

MELO, Dorian Luis Borges; CANO, Ignácio. **Índice de homicídios na adolescência: IHA 2012**. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2014.

MENDES, Soraia da Rosa. **Criminologia feminista: novos paradigmas**. (Série IDP: pesquisa acadêmica). São Paulo: Saraiva, 2014.

MOREIRA, Marcos Antônio. **Pesquisa em Ensino: métodos quantitativos e qualitativos**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 83p.

NASCIMENTO, Antonio Gelson de Oliveira. [Organizador]. **Diagnóstico da criminalidade 2012: Estado do Amazonas**. Manaus: Secretaria de Estado de Segurança Pública, 2013. 186 p.

PERNAMBUCO. 2010. **Pacto pela Vida: Plano Estadual de Segurança Pública, 2007**. Disponível em: <<http://www.pactopelavida.pe.gov.br/material-institucional/>>. Acessado em 20 de jun 2010.

PONTES FILHO, Raimundo P. **História concisa da Polícia Civil no Amazonas**. Manaus, 2012.

PNUD, Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento. **Guia do curso de convivência e segurança cidadã**. (Coletânea convivência e segurança cidadã: guias de gestão territorial participativa) – Brasília: PNUD, 2013.

QUEIROZ-LIMEIRA e SILVA, Ana Lígia; NODA, Hiroshi. **A organização do espaço dos moradores da área João Paulo II no bairro Jorge Teixeira: anseios, transição e adaptação**. Anais do I Seminário Internacional de Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. Manaus, 2006.

SEDES, Secretaria de Estado de Defesa Social. **Programa de Controle de Homicídios: Fica Vivo!** Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <<http://cmdss2011.org/site/wp-content/uploads/2011/07/Programa-de-Controle-de-Homic%C3%ADdios-%E2%80%93-Fica-Vivo.pdf>>. Acessado em 10 jun 2015.

RIBEIRO, Antonio de Lima. **Teoria da Administração**. São Paulo: Saraiva, 2003.

SOARES, Luiz Eduardo. **A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas**. Revista Estudos Avançados n°21. São Paulo, 2007. 21 p.

SOARES JÚNIOR, Amadeu da Silva [et al]. **Ronda no Bairro: implementação e gerenciamento do policiamento comunitário** – Manaus: Secretaria de Estado de Segurança Pública, 2013.

_____. **Rotina de trabalho da segurança cidadã no Amazonas: procedimentos operacionais padrão integrados da PMAM e PCAM/** Secretaria de Estado de Segurança Pública – Manaus, 2014.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. **Policiamento Comunitário: como começar**. Tradução Mina Seinfeld de Carakushansky. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 1994.

UNICEF, Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Guia municipal de prevenção da violência letal contra adolescentes e jovens**. Rio de Janeiro: Observatório das Favelas, 2012.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2014: Os jovens do Brasil**. Brasília: FLACSO, 2013.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2014: homicídios e juventude no Brasil - atualização 15 a 29 anos**. Série Juventude Viva. Brasília, 2014. Disponível em: disponível em www.juventude.gov.br/juventudeviva. Acessado em: 16 mar 2016.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil**. 1ª edição. Brasília: FLACSO-Brasil, 2015. Disponível em: www.mapadaviolencia.org.br. Acessado em: 16 mar 2016.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015: Mortes matadas por armas de fogo**. Série Juventude Viva. Brasília, 2015. Disponível em: disponível em www.juventude.gov.br/juventudeviva. Acessado em: 16 mar 2016.